

Doc. 4, fol. 5

A solução passa por um corpo legislativo que defenda a qualidade, o rigor e a excelência.

Esses valores não estão a ser defendidos?

A portaria 1379/2009 define actos de engenharia de uma forma que consideramos desajustada ao próprio conteúdo da lei 31 de 2009. Se criarmos níveis de exigência baixos, não estamos a defender a engenharia.

O que querem alterar nesta portaria?

São diversos aspectos e estão consagrados na nossa petição, que foi apresentada na Assembleia da República. Esses aspectos têm a ver com, por exemplo, a introdução de conceitos como a variável tempo no nível de promoção de "galardão" dos profissionais, quando isso nunca pode ser critério suficiente para permitir a adaptação desses profissionais às exigências da engenharia. A portaria permite, por exemplo, que arquitectos possam fazer a gestão de obras da Categoria 5, quando, no nosso entender, não deveriam passar da Categoria 2.

Doc 1

**Administração pública: "Há concursos em que só falta pôr a fotografia da pessoa " -
Bastonário dos Engenheiros**

Lisboa, Portugal 23/10/2010 08:13 (LUSA)

Lisboa, 23 out (Lusa) - O bastonário da Ordem dos Engenheiros disse à Lusa que têm sido lançados concursos em que o termo licenciatura surge de forma "indistinta", existindo casos em que "só falta pôr a fotografia da pessoa" a quem o concurso se destina.

Em entrevista à agência Lusa, Carlos Matias Ramos que existem concursos em que "só falta pôr a fotografia da pessoa para a qual o concurso é feito", afirmando que esta situação "vai empobrecer a Administração".

O bastonário afirmou que nos concursos lançados pelas administrações Central e Local que tem analisado o termo licenciatura "aparece de uma forma indistinta", ou seja, sem explicitar se os candidatos devem ter licenciaturas concluídas antes ou depois do Processo de Bolonha.

Os anúncios pedem "técnicos superiores, que são os licenciados, sejam eles quais forem [com licenciaturas concluídas antes ou depois do Processo de Bolonha] e isto espelha-se depois na capacidade de alguns licenciados do primeiro ciclo poderem desempenhar tarefas para as quais não estejam, eventualmente, bem preparados", explicou.

Para Carlos Matias Ramos, esta situação "afeta a qualidade de um serviço futuro, porque uma pessoa com menos formação pode esta a ocupar, por razões diversas, um lugar que podia ser ocupado por pessoas com melhor formação académica".

O bastónio disse que Bolonha "favoreceu" esta situação porque, antes de Bolonha, "a licenciatura estava agarrada a uma formação longa e agora apanha tudo, podendo, em igualdade de circunstâncias, concorrer pessoas que tenham os três anos com pessoas que têm cinco anos".

Neste sentido, a Ordem dos Engenheiros reivindica a alteração de uma portaria, publicada em julho de 2009, que "ignora as diferenças" entre as licenciaturas concluídas antes e depois do Processo de Bolonha.

A Ordem propõe que no nível de mestrado sejam consideradas as licenciaturas de cinco ou seis anos concluídas antes da introdução do Processo de Bolonha e que no nível de bacharelato sejam consideradas as licenciaturas de três anos concluídas depois desta reforma.

CSJ

Entrevista Carlos Matias Ramos

BASTONÁRIO DA ORDEM DOS ENGENHEIROS

“Não há uma comissão de avaliação que tenha um engenheiro”

Carlos Matias Ramos questiona o recurso a pareceres e “interpretação de pareceres” que têm orientado os investimentos públicos

ALEXANDRA NORONHA
anoronha@negocios.pt

O novo bastonário da Ordem dos Engenheiros diz que o papel destes profissionais na decisão dos investimentos públicos foi esquecido em detrimento de consultores e juristas. E acrescenta que se gastou quase tanto em pareceres como em construção.

O Estado está a asfaltar a profissão com o congelamento dos investimentos públicos?

A engenharia não é só civil. É o resto. E foi o seu desenvolvimento que permitiu que as empresas exportassem. Também há coisas positivas. O País criou uma elite muito boa. Uma elite dispersa. É preciso reflectir se essa elite é aquilo de que o País precisa ou não. Acredita que um País de 10 milhões de habitantes precise de 593 cursos com o nome de engenharia?

Isto não está relacionado com o “boom” da construção na engenharia civil?

Não foi a engenharia que esteve errada. Foi o processo político. A decisão é sempre política.

E não estão preocupados com a situação actual?

No portal da Ordem temos uma bolsa de emprego. Ainda há muita oferta. Estes processos são lentos. Tem uma inércia. Estas decisões de investimento praticamente nulo [na obra pública] têm consequências a longo prazo. Começa-se a reflectir. Os mais jovens começam a ter dificuldades. Em 2009, cerca de 94% dos alunos do Instituto Superior Técnico, passados três meses de acabarem o curso, tinham emprego. É natural

que estes números tenham baixado de forma significativa. E nessa altura cerca de 40% dos alunos que estavam no 4º ano já estavam agarrados. Isto também mudou.

Esta estagnação nas obras públicas foi muito repentina?

É evidente que o País tem que repensar a situação em que está e não vai ser a Ordem a criar “bruiá” com isso, no sentido de exigir que os investimentos se façam. Já digo isto há muito tempo. O País deve aproveitar este momento para reflectir no que foi o passado. Devemos analisar as secas em situação de cheias. E as cheias em situação de seca. Poder ser uma oportunidade para reflectir o que é que correu mal em termos de investimentos públicos.

Foi dinheiro mal gasto?

Gostava de comparar os valores gastos em obras públicas com os que foram gastos em pareceres. O investimento foi mal feito. Há quem refina que há mais 700 quilómetros de estradas do que o que devia ter sido feito. Mas estão lá. Há zonas com três faixas de rodagem que não têm tráfego. Mas a terceira faixa está lá e mais tarde ou mais cedo vai ser útil. E qual a utilidade do que se gastou em pareceres sobre pareceres e interpretação de pareceres? Estou a analisar isso e vou provar que não há grande diferença entre os investimentos que foram teoricamente a mais e os que foram feitos em empresas e pareceres.

Há uma indústria de estudos e consultorias?

Houve um período disso. Mas não é só disso. Quantas grandes empresas de consultoria há em Portugal? Quantas empresas da área jurídica há em Portugal? Deixo esta

pergunta. Acusam a engenharia de ser responsável por gastar do Orçamento. Há investimentos que deviam ter sido melhor pensados. Constatado é que houve uma degradação da avaliação da importância da engenharia face a algumas actividades que hoje estão em cima.

É também a criação de um código que só é interpretável por juristas. Temos uma produção legislativa esquizofrénica. Uma lei remete para a outra. Uma legislação deve ser auto-suficiente. Neste momento ninguém toma uma decisão técnica sem apoio jurídico. Tem medo. Nas comissões de avaliação de investimentos não há uma que tenha um engenheiro. Na Estradas de Portugal e para todo o resto. O Estado baseou-se muito em empresas de consultoria. Eles hoje estão a dar apoio ao Estado. Amanhã aos privados.

E isso encarece os projectos?

O que é que foram os deslizes? Foram trabalhos a mais ou mais trabalhos. Se o projecto não for à prova de bala pode ser complicado. Tem que estar tudo bem definido à partida para que não haja soluções que sejam prejudiciais para o Estado. Por isso é que defendo a criação de um guia. Já reduzo os riscos de desvios e derapagens.

O Estado baseou-se muito em empresas de consultoria. Eles hoje dão apoio ao Estado. Amanhã aos privados.

Gostava de comparar os valores gastos em obras públicas com os gastos em pareceres.

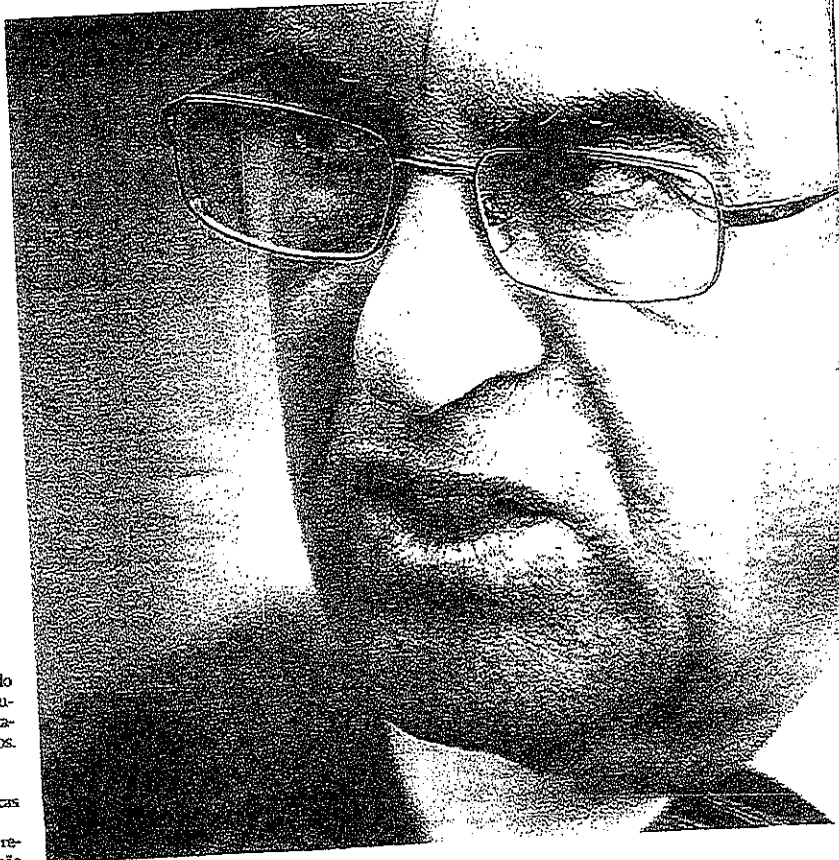
CARLOS MATIAS RAMOS
Bastonário dos Engenheiros

“A Administração está hoje a...”

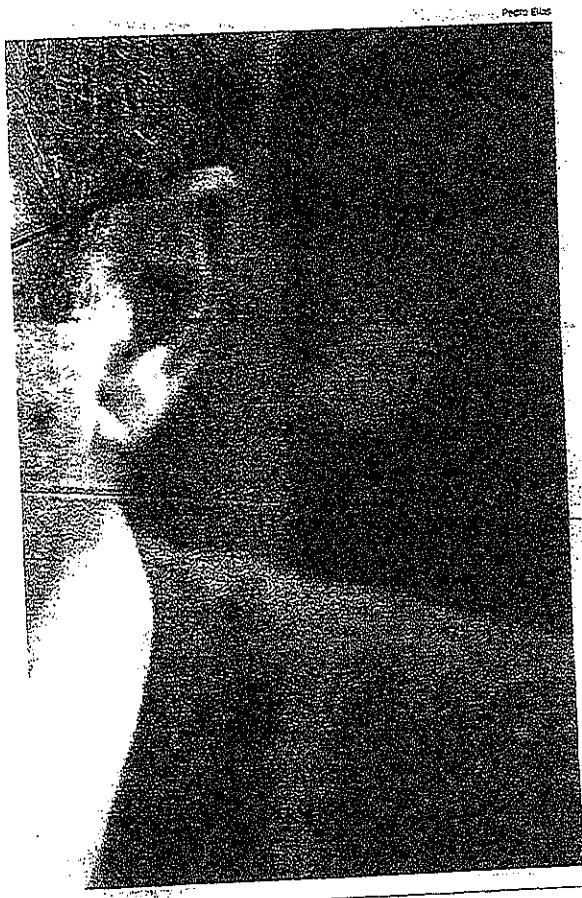
Ficaram irritados com a constituição da Ordem dos Engenheiros Técnicos...

Ficamos espantados porque não nos foi comunicado nada, não tivemos conhecimento sendo uma parte interessada. Não há nada que possa ser feito pelos engenheiros técnicos que não possa ser feito pelos engenheiros. A teoria é que é uma profissão autónoma. Não é. O engenheiro técnico tem uma formação académica inferior, mas que pode ser compensada ao longo da vida por uma formação contínua ajustada e por um currículo profissional que seja valorizado, por forma a que ele tenha competências para executar tarefas que ao sair da escola não tem condições. Isto resulta tudo do processo de Bolonha e da forma como em Portugal foi transferido, ao definir os graus académicos, como o termo licenciatura. Foi aviltado.

E isto é uma forma do Governo legitimar as próprias acções nestes sentidos? Não tenho dúvida nenhuma. O objectivo era desvalorizar quem tem



<p>Jornal Negócios</p>	<p>Periodicidade: Diário</p> <p>Classe: Economia/Negócios</p> <p>Âmbito: Nacional</p> <p>Tiragem: 17000</p>	<p>Temática: Construção/Imobiliário</p> <p>Dimensão: 1094</p> <p>Imagem: S/Cor</p> <p>Página (s): 1/16/17</p>
<p>14-02-2011</p>		



tração Pública ser empobrecida”

nhá o grau antes de Bolonha. E isto é inadmissível. E neste momento há um nível igual para quem tem cinco anos e quem tem três. Eu fiz o meu curso com seis, mas acho que cinco é perfeitamente 'ajustado', sobretudo para os engenheiros de concepção. Os engenheiros de produção são muito na área dos técnicos, esses podem ser obtidos em três anos. Com esta confusão dá-se uma mensagem à sociedade que é a mesma coisa. Sei bem o que é uma formação de três anos e uma de cinco.

Estes engenheiros não estão preparados para lidar com o mundo real?
Estão menos preparados do que os que têm cinco anos, com certeza. E não estão preparados para lidar com uma profissão que em determinadas áreas é relativamente complexa. A profissão de engenheiro lida com o risco. E o risco tem que ser integrado em todo o processo de decisão. E pressupõe conhecimento. Claro que há actos de engenharia que são muito menos complexos

e podem ser feitos com profissionais com menor formação.

E que efeitos poderá ter isso?
Já se nota uma degradação de práticas que entendemos que não são as melhores. Por vezes a responsabilidade assumida por alguns técnicos não corresponde ao que devia ser exigido em termos deontológicos e de prática. A Administração Pública está a ser empobrecida. Quando três anos e cinco anos é a mesma coisa para efeitos de concurso pode-se e está-se a induzir a escolha de profissionais, não pela sua competência, mas por outras razões que não devem ser utilizadas na avaliação desses profissionais.

Acha que isto é também o Governo a cortar custos com o ensino?
Não tenho dúvidas que por trás de Bolonha há um processo económico. Não é só de mobilidade. Se eu conseguir que o Estado pague só três anos em vez de cinco estou a poupar muito dinheiro. A?

Doc. 7

Memorando de Entendimento entre a Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) para agilização dos processos de reconhecimento, revalidação e equivalência de graus académicos, assinado em Brasília, em 21 de agosto de 2012

Dossier de Execução

1

Outubro 2012

Versão 1.6

Índice	
1. Enquadramento	3
2. Apresentação do sistema de ensino superior em Portugal	5
2.1. Rede de instituições	5
2.2. Estrutura de cursos e ciclos de estudos	5
2.2.1 Competência legal para oferta de ciclos de estudos	5
2.2.2. Ciclos de estudos conducentes a grau	6
2.2.3. Ciclos de estudos não conferentes de grau	7
2.3. Sistema de graus em vigor antes de 2006/2007	7
3. O sistema de acreditação e avaliação em Portugal	9
4. O exercício das profissões em Portugal	12
4.1. O exercício da profissão de Arquiteto	12
4.2. O exercício da profissão de Engenheiro	12
ANEXOS	13
Instituições de ensino superior membros do CRUP	13
Ciclos de estudos da área da Engenharia e de Arquitetura	14
Organograma do Sistema de Ensino Superior Português	36
Notas aos Anexos	37

1. Enquadramento

O aprofundamento das relações entre os cidadãos e as instituições portuguesas e brasileiras tem sido definido dentro do contexto das relações de amizade e comunhão que unem historicamente os nossos países. Tem sido também nesse âmbito que o Estado Português e o Estado Brasileiro têm desenvolvido esforços para promover a mobilidade profissional entre os dois países e as regiões económicas que integram, numa aproximação natural das economias no âmbito de um mercado globalizado.

Num contexto de crescente mobilidade profissional, o reconhecimento dos graus académicos assume-se como um aspeto central e isso foi reconhecido no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Porto Seguro, em 22 de abril de 2000, que prevê, nos seus artigos 39.º a 42.º, o reconhecimento mútuo de graus académicos entre os dois Estados.

Neste contexto de diálogo e colaboração, as universidades portuguesas têm também concretizado com celeridade os mecanismos previstos naquele Tratado, nomeadamente no sentido de agilizar o reconhecimento de graus académicos emitidos pelas instituições de ensino superior brasileiras. A esse propósito, baseados num princípio de confiança na qualidade das instituições de ensino superior brasileiras, Portugal já reconhece automaticamente, sem necessidade de reavaliação do percurso académico:

- i. os graus de mestre com a classificação 6 ou 7 da CAPES atribuídos pelas universidades brasileiras ao grau de mestre pelas universidades portuguesas¹;
- ii. os graus de doutor com a classificação A ou B ou 6 ou 7 da CAPES atribuídos pelas universidades brasileiras ao grau de doutor pelas universidades portuguesas².

Para além dos cursos acima referidos, cujo reconhecimento ocorre no prazo máximo de 1 mês, Portugal reconhece também todos os graduados e pós-graduados por instituições de ensino superior brasileiras, em prazo relativamente curto, por duas outras vias:

- iii. através de um processo de equivalência (após avaliado o percurso académico, é atribuída equivalência do grau estrangeiro a um grau existente no ensino superior português);
- iv. através de um processo de reconhecimento não automático (após avaliado o percurso académico, são reconhecidas as habilitações estrangeiras de nível superior quando não seja conferido grau ou diploma de nível correspondente).

No entanto, tem-se verificado que o tratamento dos processos de revalidação de diplomas emitidos por instituições de ensino superior portuguesas não tem conhecido a mesma celeridade no Brasil. Assim, com o objetivo de criar mecanismos de agilização nos processos

¹ Deliberação nº 2156/2009 da Comissão de Reconhecimento de Graus Estrangeiros, publicada em 23 de julho de 2009

² Despacho nº 22017/99, de 16 de novembro, da Comissão de Reconhecimento de Graus Estrangeiros

de reconhecimento, revalidação e equivalência de graus académicos, a Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) assinaram um Memorando de Entendimento (MdE) com os seguintes objetivos:

- i. identificar os mecanismos de avaliação e de acreditação já existentes nos dois países;
- ii. propor, no prazo de dois meses, critérios para a criação de uma rede de instituições de ensino superior membros do CRUP e da ANDIFES, para maior celeridade dos processos de reconhecimento, revalidação e equivalência de graus e títulos académicos, baseada em mecanismos de avaliação e de acreditação comuns;
- iii. estabelecer a criação de mecanismo de informação e acompanhamento do desenvolvimento desse processo, com relatórios trimestrais da sua execução, devendo o primeiro ser enviado em 30 de novembro de 2012; e
- iv. analisar, inicialmente, as áreas das engenharias e de arquitetura e urbanismo.

O Memorando de Entendimento agora assinado não estipula qualquer mecanismo automático de reconhecimento de graus ou atribuição de equivalências nem recorre aos mecanismos já regulados por legislação nacional específica mas estabelece uma metodologia que se sustenta na confiança no trabalho desenvolvido pelos mecanismos de avaliação e acreditação existentes nos dois países.

4

Será a identificação das semelhanças nos processos de garantia de qualidade que permitirá que as instituições de ensino superior possam ter confiança recíproca nos graus académicos que são colocados à sua revalidação, equivalência ou reconhecimento e que possam adotar um sistema mais célere na análise dos requerimentos que lhes são dirigidos.

A concretização dos mecanismos que o MdE prevê será levada a cabo por um grupo de trabalho constituído por representantes das duas signatárias, sendo representantes do CRUP as seguintes individualidades:

- Prof. Doutor Carlos Braumann – Reitor da Universidade de Évora
- Prof. Doutor António M. Cunha – Reitor da Universidade do Minho
- Prof. Doutora Maria de Lurdes Correia Fernandes – Vice-Reitora da Universidade do Porto

2. Apresentação do sistema de ensino superior em Portugal

2.1. Rede de instituições

O ensino superior português compreende o ensino universitário e o ensino politécnico e é ministrado em instituições públicas e privados. Estas instituições de ensino superior encontram-se associadas em estruturas de coordenação representativas dos diferentes subsistemas:

- i. Conselho de Retores das Universidades Portuguesas – representa as universidades públicas, os institutos universitários públicos e a Universidade Católica Portuguesa (Anexo 1);
- ii. Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos – representa os institutos politécnicos públicos e as escolas politécnicas públicas que não se encontrem integradas em universidades;
- iii. Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado – representa instituições de ensino superior privado universitário e politécnico.

Estas estruturas são apenas órgãos de coordenação, entendimento e representação setorial, não tendo poderes executivos nem afetando qualquer dos graus de autonomia dos seus associados.

5

2.2. Estrutura de cursos e ciclos de estudos

O ensino superior português encontra-se organizado de acordo com os princípios instituidores do Processo de Bolonha e, como tal, as suas ofertas formativas encontram-se harmonizadas com as ofertas de todos os países pertencentes à Área Europeia de Ensino Superior (European Higher Education Area).

2.2.1 Competência legal para oferta de ciclos de estudos

As ofertas formativas oferecidas são variáveis conforme o tipo de ensino ministrado na instituição, sendo que o ensino universitário pode realizar todo o tipo de formações e o ensino politécnico apenas pode ministrar formações até ao segundo ciclo de estudos (mestrado).

Figura 1. Competência legal para oferta de ciclos de estudos

	CET	Licenciatura	Especializações Pós-Licenciatura	Mestrado	Mestrado Integrado	Doutoramento
Instituição, por tipo de ensino						
Ensino universitário						
Ensino Politécnico						

2.2.2. Ciclos de estudos conducentes a grau

As ofertas formativas conducentes à atribuição de um grau académico estão estruturadas em 3 ciclos distintos:

i. ciclo de estudo conducente ao grau de licenciado (Licenciatura)

Em regra, o ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado tem 180 créditos e uma duração normal de seis semestres curriculares de trabalho dos alunos. No entanto, excecionalmente, os cursos de licenciatura podem ter uma duração normal até sete ou oito semestres curriculares de trabalho e uma formação até 240 créditos³.

Enquanto que, no Brasil, o grau de licenciado titula uma qualificação para o exercício de atividades docentes, em Portugal o grau de licenciado corresponde ao primeiro ciclo de formação superior em todas as áreas.

ii. ciclo de estudo conducente ao grau de mestre (Mestrado)

Em regra, o ciclo de estudos conducente ao grau de mestre tem 90 a 120 créditos e uma duração normal compreendida entre três e quatro semestres curriculares de trabalho dos alunos. No entanto, excecionalmente o Mestrado pode ter apenas 60 créditos, como sucede no ensino superior politécnico para a formação de professores do ensino básico.

Existem casos em que, para o acesso ao exercício de uma determinada atividade profissional, é necessária uma maior duração do curso (fixada por normas legais da União Europeia ou por resultar de uma prática estável e consolidada na União Europeia). Nessas situações, em que estamos em presença da necessidade de formações mais longas, ao invés da formação ser organizada em dois ciclos (licenciatura + mestrado), o período de formação é todo organizado num único ciclo, que se denomina correntemente "mestrado integrado"⁴. É esta a situação dos cursos de Medicina, Arquitetura, Medicina Dentária, Veterinária, Farmácia, Psicologia e da maioria dos cursos de Engenharia.

O mestrado integrado⁵ apenas pode ser oferecido no ensino universitário, integra uma formação com 300 a 360 créditos e uma duração normal compreendida entre 10 e 12 semestres curriculares de trabalho.

³ Crédito - unidade de medida do trabalho do estudante sob todas as formas, designadamente sessões de ensino de natureza coletiva, sessões de orientação pessoal de tipo tutorial, estágios, projetos, trabalhos no terreno, estudo e avaliação. O número de créditos correspondente ao trabalho de um ano curricular realizado a tempo inteiro é de 60. O sistema de créditos está adaptado e integrado no sistema ECTS - European Credit Transfer System.

⁴ Formalmente, ciclo de estudos integrado conducente ao grau de mestre.

⁵ No mestrado integrado é conferido o grau de licenciado aos que tenham realizado os 180 créditos correspondentes aos primeiros seis semestres curriculares de trabalho. O grau de licenciado atribuído nessa situação tem necessariamente uma denominação diferente da do grau de mestre que venha a ser obtido no final do mestrado.

iii. ciclo de estudo conducente ao grau de doutor (Doutoramento)

O grau de doutor apenas pode ser conferido pelo ensino universitário e o seu ciclo de estudos integra a elaboração de uma tese original e especialmente elaborada para este fim, adequada à natureza do ramo de conhecimento ou da especialidade.

Em muitas instituições, a elaboração da tese é antecedida ou acompanhada da frequência e realização de um conjunto de unidades curriculares dirigidas à formação para a investigação, cujo conjunto se denomina curso de doutoramento.

Para uma melhor perceção do modo como se encontra organizado o ensino superior português após a implementação do Processo de Bolonha, consultar Anexo III.

2.2.3. Ciclos de estudos não conferentes de grau

Para além destas ofertas formativas, as instituições de ensino superior lecionam também cursos não conferentes de grau como são o caso:

- a) CET – Cursos de Especialização Tecnológica (formações têm entre 60 a 90 créditos e uma duração de dois a três semestres curriculares);
- b) especializações pós-licenciatura (também designadas pós-graduações), com períodos de formação variáveis.

7

Figura 2. Duração de ciclos de estudos e graus conferidos, na generalidade dos casos

	Duração nominal	N.º de créditos	Grau conferido
CET	2 a 3 semestres	60 a 90	Não confere grau
Licenciatura	6 a 8 semestres	180 a 240	Licenciado
Mestrado	3 a 4 semestres	90 a 120	Mestre
Mestrado Integrado	10 a 12 semestres	300 a 360	Mestre
Doutoramento	n.a. Depende da elaboração da tese.	n.a.	Doutor
Pós-Graduações	Definido pela instituição	Não confere grau	

2.3. Sistema de graus em vigor antes de 2006/2007

A estrutura de cursos e ciclos de estudos que se apresenta no ponto 2.2. entrou em vigor no ano letivo 2006/2007 em virtude da implementação do Processo de Bolonha em Portugal e do consequente novo regime de graus e diplomas. Em consequência, serão submetidos às instituições brasileiras requerimentos para revalidação de graus académicos que foram obtidos quer antes quer depois do Processo de Bolonha e que, por isso, assentem numa estrutura formativa diferente. A Figura 3 dá nota das principais diferenças entre o anterior sistema de graus e o sistema em vigor atualmente.

A alteração na estrutura da formação superior foi operada pelo Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março⁶, que veio estabelecer os princípios gerais para a organização programática dos cursos e respetiva acreditação. A transição entre os dois modelos operou-se nos anos letivos 2006/2007 e 2007/2008, pelo que existe um período em que as duas estruturas de graus existiram em simultâneo no ensino superior português, tal como sucedeu no resto do espaço europeu.

Figura 3. Principais alterações no sistema de graus e diplomas

		Até 2006/07	Após 2006/2007
Graus	Atribuição de grau de bacharel	Conferido no ensino universitário e no ensino politécnico	O grau foi extinto
	Atribuição de grau de licenciado	Conferido no ensino universitário e no ensino politécnico	Conferido no ensino universitário e no ensino politécnico
	Atribuição de grau de mestre	Conferido apenas no ensino universitário	Conferido no ensino universitário e no ensino politécnico
	Atribuição de grau de doutor	Conferido apenas no ensino universitário	Conferido apenas no ensino universitário
Duração dos cursos	CET	1200 horas a 1560 horas	2 a 3 semestres
	Licenciatura	Duração normal dos cursos de 5 anos. Excecionalmente poderia ter mais 1 ou menos 1 ano.	6 a 8 semestres
	Mestrado	4 semestres	3 a 4 semestres
	Mestrado Integrado	Não existe	10 a 12 semestres
	Doutoramento	Não definido legalmente. Depende da elaboração da tese	Não definido legalmente. Depende da elaboração da tese
	Pós-graduações	Definido pela instituição	Definido pela instituição

Nota: Apesar de as alterações terem sido introduzidas em 2006/2007, o período de transição apenas terminou em 2008/2009.

⁶ Alterado pelo decreto-lei nº 107/2008, de 25 de junho e pelo 230/2009, de 14 de setembro

3. O sistema de acreditação e avaliação em Portugal

O Regime Jurídico de Avaliação do Ensino Superior⁷ criou em Portugal um sistema de garantia de qualidade compatível com as melhores práticas internacionais, em que a avaliação externa e independente é obrigatória e serve de base ao processo de acreditação das instituições e dos seus cursos.

Nesse âmbito, foi instituída a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), entidade independente do Governo e das instituições de ensino superior, responsável pela avaliação e acreditação dos ciclos de estudos e das instituições de ensino superior, bem como pela inserção de Portugal no sistema europeu de garantia da qualidade do ensino superior. A A3ES foi instituída como fundação privada e independente estabelecida por um período de tempo indeterminado. É responsável pela avaliação e acreditação das instituições de ensino superior e dos respetivos ciclos de estudo, assim como pela execução de todas as tarefas intrínsecas à inserção de Portugal no sistema europeu de garantia de qualidade no Ensino superior.

A A3ES entrou em funcionamento em 2009. No entanto, desde 1994 que o sistema de ensino superior português já dispunha de um sistema de avaliação da qualidade das ofertas formativas, então desenvolvido pelo Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNAVES).

9

A entrada em funcionamento e a atribuição de graus académicos depende sempre de acreditação pela A3ES pelo que todos os ciclos de estudo conducentes a grau que estão em funcionamento em Portugal se encontram acreditados, seja por via de acreditação preliminar seja por via de acreditação prévia.

De fato, a acreditação dos ciclos de estudos conducentes aos graus de licenciado, mestre ou doutor é obrigatória para todas as instituições de ensino superior e implica a abertura automática de um procedimento de avaliação, iniciado por um processo de auto-avaliação, tendo por objeto o ciclo de estudos a que respeita o procedimento de acreditação.

Essa acreditação pode decorrer de duas formas:

- i. Através de acreditação prévia: Aplicável à acreditação de novos ciclos de estudos conducentes a grau previamente à sua entrada em funcionamento nas instituições de ensino superior.
- i. Através de acreditação preliminar: aplicável aos ciclos de estudos que já se encontravam em funcionamento à data de criação da A3ES. Esta acreditação vigorará até que tenha lugar a sua reapreciação no âmbito do processo periódico regular de avaliação e acreditação de ciclos de estudos. Quando a A3ES entrou em

⁷ Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto

funcionamento, todas as instituições de ensino superior requereram a acreditação preliminar dos seus ciclos de estudo conducentes a grau. Consequentemente, todos os ciclos de estudos que estão em funcionamento estão acreditados por esta Agência.

A decisão sobre o pedido de acreditação tem por base o relatório de auto-avaliação elaborado pelas instituições de ensino superior e o relatório de avaliação feito pela respetiva Comissão de Avaliação Externa (CAE), composta por peritos independentes. Cada comissão de avaliação externa é composta por três a cinco elementos, consoante a complexidade das tarefas de avaliação envolvidas, e integra obrigatoriamente a participação de peritos de instituições internacionais.

A acreditação de um determinado ciclo de estudos está sujeita à verificação de critérios de qualidade assentes na existência de um corpo docente maioritariamente com o grau de doutor e com investigação relevante na área do ciclo de estudos, sendo que os critérios mínimos de qualificação do corpo docente a cumprir para a acreditação de um ciclo de estudos no ensino universitário são os seguintes:

- i. a instituição deve dispor de um corpo docente próprio (considerando-se como corpo docente próprio o conjunto de docentes em tempo integral⁸) qualificado na área do ciclo de estudos a acreditar e adequado em número, do qual pelo menos metade deve ser doutorado;
- ii. mais de metade do corpo docente (em ETI) nos ciclos de estudos conducentes aos graus de mestre ou de doutor deve ser doutorado nas áreas científicas integrantes da especialidade ou ramo do conhecimento do ciclo de estudos;
- iii. nos programas de 3.º ciclo (doutoramento) todos os docentes afetos ao ciclo de estudos devem ser doutorados;
- iv. o coordenador do ciclo de estudos deve ser um docente doutorado em regime de tempo integral, especializado na área de formação em causa;
- v. a instituição deve dispor de um corpo docente próprio (docentes em tempo integral) de pelo menos 75% do número total de ETIs;

A avaliação consiste na atribuição de uma classificação qualitativa fundamentada aos aspetos relevantes do desempenho do estabelecimento de ensino superior e do ciclo de estudos. Na avaliação são apreciados:

- a) Objetivos dos ciclos de estudos;
- b) Organização interna e mecanismos de garantia da qualidade;
- c) Recursos materiais e parcerias;

⁸ Considera-se que um docente se encontra em regime de tempo integral num determinado estabelecimento de ensino quando faça da atividade de ensino/investigação nesse estabelecimento a sua atividade profissional exclusiva ou predominante.

- d) Qualificação e afetação do pessoal docente e não docente;
- e) Caracterização dos estudantes;
- f) Ambiente de ensino e aprendizagem;
- g) Objetivos de ensino, estrutura curricular e plano de estudos;
- h) Organização das unidades curriculares;
- i) Metodologias de ensino e aprendizagem;
- j) Resultados académicos, da atividade científica, tecnológica e artística e outros;
- k) Propostas de ações de melhoria do desempenho.

A avaliação da qualidade do desempenho dos estabelecimentos de ensino superior efetua-se necessariamente a cada cinco anos já que a acreditação vigora por um prazo de cinco anos, em regra.

A acreditação é revogada em caso de incumprimento dos requisitos legais ou das disposições estatutárias ou de não observância dos critérios científicos e pedagógicos que justificaram a acreditação.

4. O exercício das profissões em Portugal

4.1. O exercício da profissão de Arquiteto

O exercício da profissão de Arquiteto em Portugal está condicionado à detenção de um grau académico na área da arquitetura que inclua um período de formação estabelecido no âmbito de uma diretiva da União Europeia. No sistema anterior à implementação do Processo de Bolonha, o grau académico que garantia a entrada na respetiva ordem profissional era a licenciatura em arquitetura e atualmente é o mestrado integrado⁹ em arquitetura.

A Ordem dos Arquitetos é uma entidade que está ativamente envolvida no processo de acreditação e que emite parecer obrigatório em relação à acreditação de todos os ciclos de estudos conducentes a grau nesta área.

4.2. O exercício da profissão de Engenheiro

Após a implementação do Processo de Bolonha, o exercício da profissão de Engenheiro em Portugal está condicionado à detenção de um grau académico de mestre na área da Engenharia, que pode ser obtido através das seguintes vias alternativas:

- i. através da conclusão de um mestrado integrado na área da Engenharia, com a duração de 10 ou 12 semestres;
- ii. através da combinação adequada de uma licenciatura na área da Engenharia (com a duração de 6 semestres) com um mestrado na área da Engenharia (4 semestres).

No sistema anterior à implementação do Processo de Bolonha, o grau académico que garantia a entrada na respetiva ordem profissional era a licenciatura em qualquer uma das áreas da Engenharia, cujo período de formação era idêntico ao dos atuais mestrados integrados.

A Ordem dos Engenheiros é uma entidade que está ativamente envolvida no processo de acreditação e que emite parecer obrigatório em relação à acreditação de todos os ciclos de estudos conducentes a grau nesta área.

12

⁹ Formalmente, ciclo de estudos integrado conducente ao grau de mestre.

ANEXOS

I

Instituições de ensino superior membros do CRUP

Universidade Aberta
Universidade dos Açores
Universidade do Algarve
Universidade de Aveiro
Universidade da Beira Interior
Universidade Católica Portuguesa
Universidade de Coimbra
Universidade de Évora
Universidade de Lisboa
Universidade Nova de Lisboa
Universidade Técnica de Lisboa
Universidade da Madeira
Universidade do Minho
Universidade do Porto
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa



ORDEM DOS ENGENHEIROS

COMUNICADO

ORDEM DOS ENGENHEIROS CONTESTA CRIAÇÃO DA ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

A Ordem dos Engenheiros foi surpreendida com a decisão da Assembleia da República, de 21 de Janeiro de 2011, de criar a Ordem dos Engenheiros Técnicos sem ter procedido à audição de outros parceiros e entidades relevantes, nomeadamente a Ordem dos Engenheiros.

O Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Engenheiros manifesta a sua total discordância com a criação de outra Ordem Profissional na actividade de Engenharia, contrariando o disposto na Lei 6/2008, de 13 de Fevereiro que, no nº 4 do artigo 2º, estabelece que a cada profissão regulada apenas pode corresponder uma única associação pública profissional, incompressivelmente fundamentada no pressuposto de que *"a profissão de engenheiro técnico é autónoma"*.

Esta decisão é tanto mais estranha, porquanto, desde 2007 e reiteradamente, a Ordem dos Engenheiros se disponibilizou junto da Assembleia da República e do Governo para resolver as implicações do "Processo de Bolonha" e o novo enquadramento da actividade dos profissionais de Engenharia.

A Ordem dos Engenheiros, com um historial de serviço público de 75 anos, que representa cerca de 45.000 Engenheiros, continua responsabilmente empenhada em assegurar o seu contributo para o desenvolvimento do País, num quadro de grande exigência de qualidade e respeito profissional.

Ciente das exigências de uma profissão de confiança pública, a Ordem dos Engenheiros nunca pactuará com soluções desajustadas, mormente as que pretendem induzir na sociedade a falsa necessidade da existência de uma nova Ordem no mesmo espaço de actividade da Engenharia.

Coimbra, 24 de Janeiro de 2011

O Conselho Directivo Nacional



Bastonário

Doc. 9/5.1

Exmo(a). Senhor(a) Engenheiro(a)

Carta/Circular n.º 89/4

2011-01-27

Assunto: Contestação da criação da Ordem dos Engenheiros Técnicos

Caro(a) Colega,

1. À revelia da Ordem dos Engenheiros (OE) foi aprovado na generalidade na Assembleia da República (AR), a 21.01.2011, um Projecto de Lei que altera o Estatuto e transforma a Associação Nacional de Engenheiros Técnicos (ANET) em Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET).
2. Usando o pretexto de que se está perante uma mera alteração de designação, pretende-se criar uma nova "Ordem" completamente desnecessária para o País, com o pressuposto de que se trata de uma "profissão autónoma".
3. Sendo um facto incontestável que nenhum acto de Engenharia passível de ser praticado por um Engenheiro Técnico não o possa ser por um Engenheiro, não se vislumbra qual a autonomia dos representados pela OET a criar.
4. Terá sido uma das iniciativas legislativas que menos tempo aguardou para ser aprovada. Os seis deputados do PS que tomaram a iniciativa de a propor fizeram-na entrar no Parlamento a 22.12.2010, sendo admitida a 03.01.2011 e aprovada no Plenário a 21.01.2011. Percorreu, em poucos dias (apesar do período do Natal e Ano Novo), todo o necessário procedimento legislativo para aprovação.
5. Não se pode deixar de estabelecer a comparação com uma petição subscrita por cerca de 5 000 Engenheiros e outros cidadãos, para que a Assembleia da República recomende ao Governo que reveja a Portaria n.º 1379/2009, de 30 de Outubro, que deu entrada na AR em 05.05.2010 (portanto há mais de 8 meses) e que até hoje, com o nosso conhecimento, ainda não mereceu qualquer análise do Plenário dos Deputados ou sequer discussão em Comissão.
6. Consideramos esta iniciativa desajustada nos fundamentos e incompreensível face às tendências actuais na Europa e às implicações das alterações do sistema do ensino superior, assunto ao qual a OE tem estado a dedicar a máxima atenção, através da promoção de debates em todas as Regiões, Secções Regionais e Delegações Distritais.

Pág. 1/2

Caro(a) Colega,

Esta iniciativa legislativa é um dos mais fortes ataques que a OE sofreu ao longo da sua existência de 75 anos. A consumir-se, os efeitos a prazo seriam prejudiciais para a Sociedade e altamente gravosos para o exercício profissional dos Engenheiros.

Não nos conformaremos e iremos actuar junto da Assembleia da República, nomeadamente ao nível dos diversos Grupos Parlamentares, justificando os nossos pontos de vista.

Todavia, gostaria de recordar que as lutas dos Engenheiros não podem ser só dos dirigentes da Ordem. O Conselho Directivo Nacional promoverá todas as diligências que se justifiquem para defender os interesses dos Engenheiros, mas o contributo de todos os membros é essencial pois o espírito de grupo, motivado por causas justas, move montanhas.

Para as causas dos Engenheiros terem êxito é necessário o empenhamento de todos.

A engenharia é uma profissão de confiança pública. Numa sociedade moderna, esta confiança pressupõe a regulação e a certificação do exercício da profissão, baseadas em critérios claros e que não tratem de forma igual, aquilo que é diferente. A diferença está na qualidade da formação e nas competências.

Numa época em que tanto se fala no direito à diferença, a propósito de todo o tipo de questões, assistimos, no que concerne a qualificações profissionais de engenharia, a decisões políticas, expressas em documentos legislativos e regulamentares, que têm por objectivo aglutinar e classificar como igual, o que é diferente.

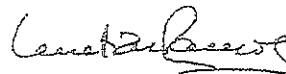
O problema que agora surgiu, com a criação pela AR, na generalidade, da Ordem dos Engenheiros Técnicos, impõe uma atitude activa e mobilizadora por parte de todos nós. O nós significa não apenas os membros eleitos, mas todos os que acreditam que a nossa postura, que se pauta pela defesa de valores, que incluem a dignificação da profissão de engenheiro e a luta contra o facilitismo e contra actos que pretendem qualificar como igual o que é diferente e que apenas contribuem para estabelecer confusão na Sociedade.

Consideramos que todos os profissionais de engenharia são fundamentais para o desenvolvimento do País, mas não aceitamos disposições legislativas que, à revelia das tendências internacionais, criem situações fictícias e enganadoras.

Por isso pedimos-lhe que apoie activamente a nossa Ordem. Participe connosco. Dê-nos a sua opinião e empreste-nos o seu saber.

Para seu conhecimento directo, anexamos o texto integral do comunicado que enviámos no dia 24 do corrente para a comunicação social e que consta igualmente do Portal da OE.

Com as mais cordiais saudações,



Carlos Matias Ramos

Anexo: Comunicado

Pág. 2/2



Doe.10

**POSIÇÃO DA ORDEM DOS ENGENHEIROS NA AUDIÇÃO CONJUNTA NA ASSEMBLEIA DA
REPÚBLICA, SOBRE O RECONHECIMENTO DO GRAU DE LICENCIATURA EM ENGENHARIA PÓS-
BOLONHA E A ATRIBUIÇÃO DO TÍTULO PROFISSIONAL DE ENGENHEIRO**

4 de Fevereiro de 2009



INDICE

	Página
Introdução	3
1 Breve resumo histórico da evolução da engenharia em Portugal	4
2 A constituição da Ordem dos Engenheiros e da Associação Nacional de Engenheiros Técnicos	5
3 Enquadramento e contexto - documentação relevante para o tema em apreciação ...	7
4 Uma questão importante de terminologia	8
5 Discussão Europeia sobre competências e formação em engenharia	9
6 Níveis e perfis profissionais necessários para o nosso desenvolvimento	10
7 Organização profissional e oferta de formação	12
8 O reconhecimento da Ordem dos Engenheiros para certificação dos cursos de 1.º e 2.º ciclo pós-Bolonha	13
9 A mobilidade dos Engenheiros e o reconhecimento por outras associações profissionais	13
10 Soluções para o Futuro	14



O percurso que fizemos ao longo dos últimos séculos permitiu uma crescente elevação da formação em engenharia e na preparação dos Engenheiros, até atingirmos um patamar de reconhecimento mundial. Pôr em causa esse processo seria um grave erro que conduziria a um retrocesso face ao passado.

No desenvolvimento que se segue, abordar-se-ão as vertentes mais relevantes da atribuição dos graus académicos e das qualificações profissionais.

1- Breve resumo histórico da evolução da engenharia em Portugal

O reconhecimento da qualidade da engenharia portuguesa, através dos actos e das intervenções dos Engenheiros, decorre de um longo processo de sucessivas decisões políticas que permitiram qualificar a **engenharia como um recurso estratégico nacional**.

A Engenharia Militar assumiu ao longo de séculos enormes responsabilidades na realização de obras e na implementação de estratégias ligadas à concretização de missões.

Após a recuperação da independência em 1640, depois de 60 anos de ocupação dos Reis de Espanha, ficou mais clara a importância da engenharia, o que levou D. João IV a reconhecer, por Decreto, a Engenharia Militar e a criar a Aula de Fortificação e Architectura Militar. O seu objectivo era a formação de competências portuguesas que permitissem dispensar o recrutamento de especialistas no estrangeiro.

Após o Terramoto de 1755, ficou bem patente a importância e a capacidade de intervenção da Engenharia Militar.

Com o início da Revolução Industrial, no século XIX, foi necessário mobilizar a sociedade civil perante a necessidade de modernização do país.

Em 1837, Passos Manuel, com o apoio de Sá da Bandeira, reformou a Universidade e fundou a Academia Politécnica do Porto, a Escola Politécnica de Lisboa e a Escola do Exército.

Em 1852, Fontes Pereira de Melo criou o Ministério das Obras Públicas, e em 1865 foram criados os cursos de engenharia civil na Academia do Porto e na Escola Politécnica de Lisboa.

Em 1869, foi criada a Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses, e em 1870 foi assumida a separação entre a Engenharia Militar e a Engenharia Civil, a qual englobava, sob esta designação, as especialidades de civil, de electrotecnia, de mecânica, de química e de minas, reconhecendo-se que seria através do ensino e da qualidade das escolas que se garantiria a formação necessária para o desenvolvimento do país.

Contudo, a formação dos Engenheiros portugueses estava ainda longe das competências reconhecidas aos Engenheiros dos países mais desenvolvidos da Europa. Por isso, no processo de modernização que o país conheceu na última metade do século XIX e primeiro quartel do século XX, as grandes infra-estruturas foram projectadas por Engenheiros estrangeiros.

Em Inglaterra, Alemanha e França, as associações de Engenheiros Cívicos foram constituídas em 1818, 1847 e 1848, respectivamente.

No final do século XIX, encontravam-se construídos 4.000 km de estradas, 2.500 km de caminhos-de-ferro e mais de 100 pontes metálicas. As redes de telecomunicações foram lançadas em 1881, e em 1878 iniciou-se o processo de electrificação com a iluminação da Fortaleza de Cascais.



A vontade de dotar o país de Engenheiros com competências equivalentes às dos países mais avançados levou à criação do Instituto Superior Técnico em 1911 e, posteriormente, em 1926, a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Qualquer destas escolas optou por uma formação académica de ciclo longo, seis anos, seguindo as melhores escolas de engenharia da Alemanha e da França.

Com o novo sistema de ensino, Portugal chegou a 1936 com mais de 1.100 licenciados em engenharia, o que justificou a constituição, nesse ano, da Ordem dos Engenheiros, a partir da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses.

Foi a partir deste modelo e da sua reprodução por posteriores escolas que conseguimos chegar ao início do século XXI com a Engenharia e os Engenheiros Portugueses reconhecidos a nível mundial, os quais têm permitido que as nossas empresas se afirmem nos mercados internacionais.

Por outro lado, essa reconhecida competência tem justificado que empresas de engenharia multinacionais se tenham estabelecido em Portugal, com centros de investigação, desenvolvimento de produtos e de produção.

Naturalmente que um processo de engenharia não é um sistema fechado e reservado apenas a quem concebe, inova e desenvolve as soluções, funções normalmente atribuídas aos Engenheiros. São também necessárias formações de outros níveis, que deverão ser integradas nos processos produtivos. A elevação do nível das diferentes formações conduzirá a melhores resultados e, por isso, gradualmente, foram sendo promovidas formações para cursos profissionais e no ensino superior foram estabelecidos dois níveis, o **bacharelato** e a **licenciatura em engenharia**. Se ao último nível sempre se associou a atribuição do título de **Engenheiro**, ao penúltimo nível foi atribuída a designação de **Engenheiro-técnico**.

A alteração das designações dos graus académicos, em 2004, que no âmbito da Reforma de Bolonha veio, apenas em Portugal, a atribuir a designação de licenciatura às formações de 3 ou 4 anos, em vez de manter a designação de bacharelato, conforme se continuou a verificar na Europa, apenas confundiu, sob a mesma designação, diferentes competências, criando condições para um retrocesso na formação em engenharia.

A forma como a União Europeia veio a reconhecer diferentes competências para as formações de ciclo curto (3 e 4 anos) e para o ciclo longo (5 anos), através da Directiva das Qualificações Profissionais, de 7 de Setembro de 2005, permitiu esclarecer o que sempre foi óbvio: uma formação de três anos não é equivalente à obtida ao fim de 5 anos.

2- A constituição da Ordem dos Engenheiros e da Associação Nacional de Engenheiros Técnicos

A associação pública profissional Ordem dos Engenheiros foi criada por diploma legal de 1936, há, portanto, 72 anos.

A Associação Nacional de Engenheiros Técnicos (ANET), foi criada pelo Decreto-Lei n.º 349/99, de 2 de Setembro, tendo portanto, menos de 10 anos de existência.



Os titulares de licenciatura em engenharia (pré-Bolonha) são admitidos na Ordem dos Engenheiros, tendo os estatutos actualmente em vigor sido aprovados pelo Decreto-Lei n.º 119/92 de 30 de Junho.

De acordo com o artigo 7.º, n.º 1 dos estatutos da ANET, aprovados pelo referido diploma, a admissão como membro efectivo da ANET "... depende da titularidade de bacharelato em engenharia ...".

O legislador quis, portanto, distinguir bem as duas situações:

- a) Uma associação pública representativa dos licenciados em engenharia que exercem a profissão de Engenheiro, que é, desde a sua criação, designada por Ordem dos Engenheiros; e
- b) Uma associação pública representativa dos bacharéis em engenharia que exercem a profissão de Engenheiro-técnico, designada por Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos.

De acordo com o novo modelo de ensino superior aprovado no âmbito do Processo de Bolonha, nomeadamente a Lei 49/2005 (que alterou a Lei 46/86, que aprovou as Bases do Sistema Educativo) e o DL 74/2006, que a regulamentou, foi adoptado um modelo de organização em três ciclos de estudos, com a consequente alteração dos graus académicos, e o sistema europeu de créditos (ECTS).

Assim, passaram a existir apenas três graus no ensino superior: licenciado, mestre e doutor. O grau de bacharel foi extinto.

No novo modelo de Bolonha, a visão binária das formações manteve-se (um 1.º ciclo de três anos e um 2.º ciclo de dois anos, que correspondem aos anteriores ciclos curtos -bacharelatos em engenharia de 3 anos e ciclos longos - licenciaturas em engenharia de 5 anos).

O **grau de licenciado**, concedido nos ensinos universitário e politécnico, passou a ser conferido, por regra, após três anos de ensino superior (ciclo de estudos com um número de créditos que corresponda a uma duração compreendida entre seis a oito semestres curriculares de trabalho).

O **grau de mestre**, concedido também nos ensinos universitário e politécnico, é conferido, por regra, aos licenciados após um ciclo de estudos com um número de créditos que corresponda a uma duração compreendida entre três e quatro semestres curriculares de trabalho (podendo igualmente ser conferido após um ciclo de estudos integrado de 10 semestres curriculares de trabalho).

Entretanto, nem os Estatutos da OE nem os da ANET foram modificados.

Contudo, e considerando que o que está em causa na atribuição de um título profissional é a formação académica necessária para o reconhecimento de competências, a Ordem dos Engenheiros deliberou apenas reconhecer como formações para a atribuição do título de Engenheiro as que correspondiam ao ciclo de estudos de 5 anos, equivalente à anterior formação.

Consideramos que não é a simples mudança da designação do título académico que modifica as competências necessárias para o exercício da profissão.



Neste entendimento, os antigos bacharéis e os licenciados em engenharia, pós Bolonha (1.º ciclo de estudos - por norma 180 créditos) são admitidos, exclusivamente, pela ANET para acederem ao título e à profissão de **Engenheiro-técnico**; os antigos licenciados (cinco anos) e os actuais mestrados (2.º ciclo de estudos - por norma 300 créditos) são admitidos, em exclusivo, pela Ordem dos Engenheiros para acederem ao título e à profissão de **Engenheiro**.

O significado técnico-jurídico do termo “licenciatura” inserido no Estatuto da Ordem, de 1992, mudou e não é o mesmo nos dias de hoje. Em 1992 referia-se a um curso de 5 anos; o termo “licenciatura”, hoje, é reportado a um curso de 3 anos.

São duas realidades distintas (não se pode tratar de forma igual aquilo que é diferente). No seu significado técnico-jurídico, a norma tem de ser interpretada no seu sentido ao tempo da sua entrada em vigor e não com o sentido literal que se retira no presente. Tal tem, aliás, tradução no Regulamento de Admissão e Qualificação da Ordem, alterado em Outubro de 2006, após a publicação da reforma de Bolonha. Assim, deve-se interpretar as normas do Estatuto da OE no sentido de que o requisito para a admissão na OE é a titularidade de um curso de cinco anos, o que, no modelo actual do ensino superior, corresponde ao mestrado. E são estes que devem ter acesso ao título e à profissão de **Engenheiro**, como há muito está consagrado no ordenamento jurídico nacional (a própria legislação comunitária sobre qualificações estabelece diferentes níveis de títulos de formação).

Está vedado à ANET admitir como membros possuidores de habilitações com acesso à Ordem, não podendo esta admitir os que apenas tenham habilitações de acesso à ANET.

Deste modo, no sistema pós-Bolonha o documento decisivo que habilita à inscrição na Ordem é uma certidão de conclusão de mestrado (integrado ou precedido de conclusão de licenciatura) e o documento que habilita à inscrição na ANET é uma certidão de conclusão de licenciatura (1.º ciclo de estudos).

Tal não significa que os licenciados pós-Bolonha, inscritos na ANET, como Engenheiros-técnicos, quando completarem mestrados em engenharia, não possam, então, aceder à inscrição na OE, e ao título e exercício da profissão de Engenheiro, tal como hoje sucede com os antigos bacharéis que concluíram licenciaturas em engenharia no sistema anterior a Bolonha (cinco anos).

3- Enquadramento e contexto - documentação relevante para o tema em apreciação

Para apreciar o tema do reconhecimento do grau de licenciatura (pós-Bolonha) e a sua relevância para a actividade na área da engenharia, necessariamente no contexto nacional e europeu, relevam quatro documentos, que se apresentam por ordem cronológica de aprovação:

- A nível do Espaço Europeu do Processo de Bolonha, o documento sobre o Quadro de Qualificações para a criação do Espaço Europeu do Ensino Superior (QF-EHEA)¹, aprovado em 20 de Maio de 2005, em Bergen, pelos Ministros de Educação (ou equivalente) dos países signatários dos acordos desse Processo;

¹ Disponível em <http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/documents/QF-EHEA-May2005.pdf> (activo em 2 de Fevereiro de 2009).



- No âmbito da União Europeia, a Directiva 2005/36/EC² sobre Reconhecimento de Qualificações Profissionais, aprovada pelo Parlamento e pelo Conselho, em 7 de Setembro (Directiva que está, à presente data, em vias de transposição para o quadro jurídico nacional);
- No âmbito mais restrito do associativismo profissional europeu, o Quadro de Qualificações EUR-ACE para Avaliação de Qualidade de formações de primeiro e de segundo ciclo em engenharia, aprovado em 17 de Novembro de 2005, por 14 associações europeias de Engenharia³ de relevância significativa, entre as quais a Ordem dos Engenheiros, com o apoio de dois importantes projectos financiados pela Comissão Europeia.
- No âmbito da União Europeia, a Recomendação sobre o Quadro Europeu de Qualificações para Formação ao Longo da Vida (EQF-LLL)⁴, adoptada pelo Parlamento e pelo Conselho, em 23 de Abril de 2008.

Com a diversidade que caracteriza a vivência europeia, estes documentos consubstanciam a visão de organização profissional europeia na área da engenharia, como se detalhará no que se segue.

4- Uma questão importante de terminologia

A mensagem recebida pela Ordem dos Engenheiros (OE) refere uma audição conjunta sobre “Reconhecimento do grau de licenciatura em engenharia pós-Bolonha e a atribuição do **título profissional de Engenheiro**”.

Entende a OE ser seu dever chamar a atenção para uma imprecisão terminológica importante, tendo em conta o significado das palavras na nossa cultura.

Seria mais adequado designar esta audição como sendo sobre o “Reconhecimento do grau de licenciatura em engenharia pós-Bolonha e a atribuição de título de **profissional de engenharia**”. Esta terminologia é adoptada ao nível da mais importante organização profissional Europeia nesta área, a FEANI⁵, e representa o reconhecimento de que coexistem dois níveis profissionais.

Trata-se de uma subtilidade linguística muito relevante.

² Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2005:255:0022:0142:EN:PDF> (activo em 2 de Fevereiro de 2009).

³ Disponível em <http://www.enace.eu> (activo em 2 de Fevereiro de 2009).

⁴ Disponível em http://ec.europa.eu/education/lifelong-learning-policy/doc44_en.htm (activo em 2 de Fevereiro de 2009).

⁵ A FEANI - Fédération Européenne d'Associations Nationales d'Ingénieurs (www.feani.org) é uma organização Europeia constituída por Associações Nacionais representativas de profissionais de primeiro e de segundo ciclo (usando a terminologia de Bolonha) de 29 países. O Comité Nacional Português tem representantes da Ordem dos Engenheiros e da Associação Nacional de Engenheiros Técnicos. Na sua iniciativa mais recente, o cartão profissional, a FEANI adoptou precisamente a terminologia que se propõe - “European Engineering Professional Card”.



De facto, tal como se documenta no presente texto, a nível Europeu está aceite e estabilizado haver dois níveis principais de competências, considerados relevantes na actividade e nos actos de engenharia.

Como também se documenta, está devidamente estabilizado que o acesso a estes níveis está relacionado com as qualificações formais reconhecidas (independentemente do facto de poderem ser obtidas num quadro de formação ao longo da vida e de algum reconhecimento de qualificações “experienciais”).

Assim, neste quadro, é claro que os primeiros ciclos de Bolonha não conduzem ao grau de Engenheiro, no que em Portugal se entende deste termo.

É, por consequência, incorrecto, de base, associar o grau de primeiro ciclo ao título de Engenheiro.

Os primeiros ciclos de Bolonha serão a porta de entrada para actividade do primeiro nível de competências reconhecido em engenharia.

Em Portugal, tal nível está actualmente associado ao título de Engenheiro-técnico.

5- Discussão Europeia sobre competências e formação em engenharia

Os últimos cinco anos da história da engenharia na Europa caracterizaram-se por uma intensa discussão científica, técnica e política, sobre as competências de engenharia necessárias para o desenvolvimento industrial, económico e social, e sobre as correspondentes organização profissional e organização de oferta de formações pós-secundárias.

Tal ocorreu principalmente em quatro palcos e momentos, associados à aprovação ou em sequência da aprovação dos documentos supra-citados^{1,2,3,4}.

Nesta secção mencionar-se-á somente a discussão de índole marcadamente profissional motivada pela Directiva, mas importa desde já assinalar a total sintonia entre esses quatro documentos, na perspectiva das qualificações profissionais, tal como se põe em relevo no Quadro 1 e se comentará na secção seguinte deste texto.

Nessa discussão, a nível da FEANI, nos anos 2004 e 2005, estiveram em oposição duas visões:

- Uma visão, defendendo que as exigências técnicas, científicas e de responsabilidade perante a Sociedade (sistema produtivo em geral) se limitavam, na área da engenharia, a um nível de competências, associado a três anos de exigência de formação superior e complementado por treino formal ou informal;

Associada a esta visão, importa acrescentar, estaria o objectivo de ver aceite na Directiva um anexo para as engenharias, à semelhança dos anexos reconhecidos nas profissões da área da saúde e da arquitectura;

- Uma outra visão, em que se reconhecia e reconhece, que os actos de engenharia (a actividade de engenharia) requerem competências funcionais e sociais diversificadas, reconhecidas em dois níveis principais de competência e em dois perfis principais de formação.

Venceu claramente esta segunda visão.



A diversificação de competências e responsabilidades reconhecida na actividade de engenharia levou a que a área da engenharia não fosse incluída nos Anexos da Directiva, estando por consequência abrangida (tal como o direito e a economia, para exemplificar) pela legislação geral, nomeadamente pelo importante art. 11.º (que na transposição nacional deverá ser o art. 9.º).

Nos termos desse art. 11.º, a Directiva reconhece uma diferenciação profissional associada à qualificação académica formal.

Esta foi uma decisão de grande alcance e consequências para a consolidação da exigência de dois níveis de formação, associada ao sistema de dois ciclos, na medida em que deitou por terra concepções igualitárias minimalistas na exigência de formação académica, defendidas por alguns sectores e algumas correntes europeias.

A outra consequência, natural, foi que a FEANI abandonou o projecto que se designava como “Plataforma Comum”, o qual tinha merecido uma oposição muito significativa de muitas organizações, incluindo a OE, e iniciou um outro projecto, já mencionado, sobre o “Cartão Europeu de Profissional de Engenharia”, no qual se aceitou que estariam claras as qualificações profissionais (diversificadas) dos seus portadores.

De forma sucinta, esta é a essência da discussão europeia recente, a nível profissional e político, sobre as competências de engenharia necessárias para o desenvolvimento industrial, económico e social.

6- Níveis e perfis profissionais necessários para o nosso desenvolvimento

Níveis e perfis de competências

A discussão mencionada conduziu, agora no plano das competências e da sua aquisição, ao reconhecimento de dois níveis de competências principais e dois perfis de formação dominantes.

- Os níveis de competência são aqueles previstos no art. 11.º, alíneas d) e e) (art. 9.º na proposta de transposição para o quadro nacional, em fase de discussão) da Directiva², níveis estes que estão em total sintonia com os previstos no Quadro de Qualificações de Bolonha (reconhecidos como Primeiros e Segundos Ciclos)¹ e com os do Quadro de Qualificações Europeias para Formação ao Longo da Vida⁴ (reconhecidos como níveis 6 e 7 deste Quadro).

Independentemente da importante questão dos perfis de formação, que também se analisará, estes dois níveis de qualificação encontram total aplicabilidade na prática da engenharia. Servem a Sociedade.

Tal foi reconhecido e adoptado no sistema de qualidade EUR-ACE³, que adoptou um sistema de qualificação de dois ciclos, em consonância com o Quadro QF-EHEA de Bolonha.

A relação de qualificações está expressa no Quadro 1.

- No plano dos perfis de competência está estabilizado o interesse (necessidade) em haver na actividade profissional perfis de índole mais teórica e perfis de índole mais vocacional.



Importa comentar que esta visão binária de formações tem sido reconhecida a nível europeu e também no nosso país: tem vindo a ser politicamente afirmada (ver DL 74/2006, sobre graus académicos, com a sua revisão pelo DL 107/2008 de 25 de Junho) e reconhecida igualmente por responsáveis das instituições politécnicas⁶.

Quadro 1 - Relação entre Níveis de Qualificação previstos em diferentes quadros de qualificação

Bolonha, QF-EHEA	EU, EQF-LLL	EUR-ACE	Directiva 2005/36
Ciclos Curtos	Nível 5		Art. 11 c)
Primeiros Ciclos	Nível 6	Primeiros Ciclos	Art. 11 d)
Segundos Ciclos	Nível 7	Segundos Ciclos	Art. 11 e)
Terceiros Ciclos	Nível 8		

Distinção entre níveis de competência profissional

Esta é uma questão chave.

A necessidade de haver níveis diferenciados de competências está tão simplesmente ligada à exigência profissional diferenciada que se reconhece na actividade e nos actos de engenharia.

Reconhecem-se níveis de intervenção diferenciados nos actos de engenharia em dimensão, alcance e profundidade, particularmente em:

- (i) Responsabilidade social, no que releva a segurança dos cidadãos (assinatura de projectos e de termos de responsabilidade);
- (ii) Capacidade de concepção e projecto;
- (iii) Capacidade para resolver problemas complexos e de grande dimensão;
- (iv) Capacidade para se adaptar a novos trabalhos de alta responsabilidade e complexidade.

Reconhece-se particularmente a ligação entre a formação e essa competência fundamental que é a da ATITUDE correcta para USAR Conhecimento e Capacidades numa dada situação.

Nada na vida é completamente estanque, pelo que é claro que nos actos de engenharia se reconhece um espectro contínuo de competências e responsabilidades a vários níveis, desde a segurança à garantia de qualidade, mas este balizar de níveis, característico dos países mais desenvolvidos, em que “não se trata de forma igual aquilo que é diferente”, representa isso mesmo, uma exigência fundamental para esse desenvolvimento.

⁶ Note-se que se está a falar de oferta de formações binárias e não do tipo de instituições que as oferecem, assunto em que há divergências de opinião.



Parece-nos, pois, indiscutível a visão e o entendimento que as associações profissionais de engenheiros civis de 22 países, onde trabalham muitas empresas de engenharia portuguesas, têm sobre a formação necessária para a atribuição do título de engenheiro. Acresce que, e de uma forma geral, os Engenheiros portugueses são reconhecidos como de elevada competência.

Por outro lado, as grandes obras de engenharia portuguesa e de actividades produtivas ligadas à engenharia têm como autores os Engenheiros com a formação que correspondeu ao ciclo longo e não a de ciclo curto.

10- Soluções para o Futuro

Perante a situação criada, a Ordem dos Engenheiros entendeu manifestar ao actual Governo a disponibilidade para estudar a integração na OE dos licenciados em engenharia, pós-Bolonha, correspondente ao ciclo curto. Assim, passariam a existir como membros da OE dois níveis diferentes de profissionais, a que corresponderiam duas designações diferentes, a de Engenheiro, para o ciclo longo, e outra a definir para o ciclo curto. A verticalização das formações em engenharia pós-Bolonha, no seio da OE, seria uma forma de prestigiar e promover as duas qualificações profissionais, admitindo-se até o simples registo dos profissionais qualificados com os CET-Cursos de Especialização Tecnológica, os quais também deveriam estar submetidos a sistema de avaliação de qualidade e certificação. Até à data não tivemos resposta para esta proposta.

Por outro lado, e contrariando as diferentes competências que devem ser reconhecidas aos Engenheiros e aos Engenheiros-técnicos, atendendo à diferente formação, a legislação publicada sobre a aplicação de regulamentos técnicos e que exige a intervenção de técnicos qualificados, passou a colocar em paridade os Engenheiros e os Engenheiros-técnicos, como se as formações fossem equivalentes.

Esta situação é considerada inaceitável, pois conduz a uma desvalorização profissional dos Engenheiros, e também das suas competências.

Caso tivesse sido este o percurso seguido por Portugal nos últimos cem anos, a engenharia portuguesa não teria atingido os níveis que a caracterizam, aproximando-se mais da situação do país na última metade do século XIX, com grande dependência técnica do estrangeiro.

A proposta de revisão do Decreto 73/73, aprovada, na generalidade, pela Assembleia da República, atribuiu aos Engenheiros e aos Engenheiros-técnicos a responsabilidade pelas intervenções nas áreas de engenharia, remetendo para um protocolo a assinar entre as duas associações a regulação dos actos próprios de cada associação.

É evidente que o princípio do reconhecimento em paridade, apesar de se tratarem de diferentes formações e competências, não permitirá chegar a qualquer acordo.

Estamos perante uma clara desvalorização dos actos de engenharia praticados pelos Engenheiros que ao longo do século XX muito contribuíram para o desenvolvimento do país, o que consideramos grave e prejudicará a procura da formação que permitiu a Portugal o reconhecimento internacional na área da engenharia.



Somos a favor da inclusão de todos os profissionais nos processos produtivos, de acordo com as suas formações e competências, o que permitirá a valorização de cada profissão, de acordo com as suas competências, o seu reconhecimento social, uma transparente progressão para se atingirem níveis mais qualificados e uma maior motivação para a formação ao longo da vida.

Manter igual o que é diferente e não reconhecer, por via legal, as diferentes competências, constituirá uma desmotivação e uma ofensa profissional para todos os que se esforçaram para aprender mais e colocar os seus conhecimentos ao serviço do país, assumindo as suas responsabilidades.

Num mundo cada vez mais competitivo e em permanente mudança, com uma crescente evolução científica e tecnológica, a formação de ciclo longo é a que melhor prepara os nossos jovens para se adaptarem à evolução, ao contrário da formação de ciclo curto, que tenderá a formar pessoas mais vulneráveis às mudanças tecnológicas, por evidentes limitações na sua formação teórica e científica, que são as bases do conhecimento.

A reforma antecipada de muitos profissionais que não foram capazes ou não tiveram formação para se adaptarem às mudanças tecnológicas e evolução do conhecimento, é um grave problema que afecta cada vez mais portugueses e em fases da vida cada vez mais longe da idade da reforma.

A Estratégia de Lisboa, assumida pela Presidência Portuguesa em 2000, aponta o caminho para a valorização do conhecimento, pelo que é incompreensível que a legislação posteriormente produzida fomente e conduza a práticas inversas das que são promovidas por aquela Estratégia.

A Ordem dos Engenheiros estará sempre disponível para fazer parte da solução para os problemas que temos, mas não poderá aceitar propostas que vão contra as necessidades do país e das exigências de um mundo cada vez mais competitivo.

Lisboa, 4 de Fevereiro de 2009

Fernando Ferreira Santo
Bastonário da Ordem dos Engenheiros

Sebastião Feyo de Azevedo
Vice-Presidente da Ordem dos Engenheiros

Victor Manuel Gonçalves de Brito
Vice-Presidente da Ordem dos Engenheiros

Regulamento 480/2011, de 9 de Julho

- **Corpo emitente:** ORDEM DOS ENGENHEIROS
- **Fonte:** DIARIO DA REPUBLICA - 2.ª SERIE, Nº 152, de 09.08.2011, Pág. 32879
- **Data:** 2011-07-09
- **ID no dre.pt:** 287709
- **Chave DRE:** 2011046548@s2
- **Secções deste documento::**
 - Sumário
 - Texto do documento
 - Ligações deste documento
 - Ligações para este documento
 - Aviso

Sumário

Aprova a revisão do Regulamento de Admissão e Qualificação da Ordem dos Engenheiros.

Texto do documento

Regulamento 480/2011

Regulamento de Admissão e Qualificação (RAQ)

Aprovado na Assembleia de Representantes extraordinária de 2 e 9 de Julho de 2011 - Projecto de alteração

Preâmbulo

O Regulamento de Admissão e Qualificação (RAQ) data de 1993, e, embora alterado em 1999, 2001, 2002 e 2006, mantém a mesma filosofia inicial, que correspondia à legislação do ensino superior e, em parte, à legislação de incidência profissional então vigentes.

Entretanto, com a reforma do ensino superior (Processo de Bolonha), que já se encontra em pleno vigor, verificou-se uma reformulação de toda a estrutura daquele nível de ensino, tendo sido alterada a Lei de Bases do Sistema Educativo (2005), que reduziu de 4 para 3 os graus académicos atribuídos em Portugal, que passaram a ser os de licenciado, mestre e doutor, tendo sido suprimido o grau de bacharel, e foram

instituídos novos regimes jurídicos dos graus e diplomas (2006) e de avaliação do ensino superior (2007).

A 5 de Novembro de 2007, foi publicado o Decreto-Lei 369/2007, que instituiu a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), a quem foi atribuída a avaliação e acreditação das instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudo, ficando todas as instituições do ensino superior sujeitas aos procedimentos de avaliação e da acreditação da A3ES.

O mesmo diploma "interdita a qualquer entidade que não a Agência a acreditação, para efeitos profissionais, de qualquer instituição de ensino superior ou ciclo de estudos", ficando, deste modo, a OE, legalmente impossibilitada de prosseguir com os procedimentos de acreditação iniciados em 1995, para efeitos de dispensa das provas de admissão à Ordem.

Foi também publicada a Lei 9/2009, de 4 de Março, que transpôs para o direito interno a Directiva n.º 2005/36/CE, de 7 de Setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, não fazendo, no entanto, o RAQ qualquer referência às admissões de cidadãos oriundos da UE e de outros países estrangeiros.

Por outro lado, nos últimos anos, a legislação relativa à actividade profissional em Engenharia foi objecto de relevantes modificações, que têm incidência quer na admissão de membros, quer na atribuição de graus e níveis de qualificação profissional. Cite-se, pela sua abrangência, a Lei 31/2009, de 3 de Julho e a Portaria 1379/2009, de 30 de Outubro, relativas à qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projectos, pela fiscalização de obra e pela direcção de obra.

Ora o RAQ de 1993 está desadequado das novas realidades legislativas quer do ensino superior quer da actividade profissional, pelo que, tinha de ser revisto.

Com a presente revisão do RAQ, dá-se-lhe uma nova estrutura, extingue-se o sistema de acreditação de cursos para efeitos de dispensa de provas de admissão, tenta-se colmatar algumas lacunas existentes e clarificar o acesso à OE dos licenciados, mestres e doutores em Engenharia, e as condições de atribuição de graus e níveis de qualificação profissional.

Todas as candidaturas à admissão como membros efectivos e estagiários estão sujeitas a avaliação prévia por júri de provas de admissão, que as analisará individualmente.

Os candidatos a membro efectivo agrupam-se em graus de qualificação consoante os seus currículos, tentando-se corresponder à mais recente legislação e regulamentação nacional sobre o ensino superior e qualificações profissionais, bem como às recomendações europeias e de organizações internacionais.

Assim, nos termos conjugados da alínea e), do n.º 5, do artigo 23.º e do artigo 78.º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros, aprovado pelo Decreto-Lei 119/92, de 30 de Junho, a Assembleia de Representantes reunida em Lisboa, na Sede da Região Sul da Ordem, a 2 e a 9 de Julho de 2011, delibera aprovar a revisão do Regulamento de Admissão e Qualificação com o articulado seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto e âmbito

1 - O presente Regulamento tem por objecto definir as condições de admissão de membro da Ordem dos Engenheiros (OE) nas diversas categorias, bem como de atribuição de graus e de níveis de qualificação profissional.

2 - Aplica-se aos candidatos à admissão como membro da OE em qualquer categoria, na mudança desta, e na atribuição de graus e níveis de qualificação profissional.

Artigo 2.º**Categorias de membros**

1 - Os membros da Ordem distribuem-se pelas seguintes categorias:

- a) Membro efectivo;
- b) Membro estagiário;
- c) Membro honorário;
- d) Membro estudante;
- e) Membro correspondente;
- f) Membro colectivo.

2 - A admissão de membros nas diversas categorias faz-se nos termos do disposto no Estatuto da Ordem dos Engenheiros, aprovado pelo Decreto-Lei 119/92, de 30 de Junho, na demais legislação aplicável, e do disposto no presente Regulamento.

3 - A admissão na categoria de membro efectivo é precedida da realização de estágio na categoria de membro estagiário, sem prejuízo, no entanto, do disposto nos n.os 2 a 4 do artigo 9.º

Artigo 3.º**Apresentação das candidaturas à admissão como membro**

1 - As candidaturas à admissão como membro da Ordem dos Engenheiros são apresentadas nas secretarias das Regiões e Secções Regionais ou nas Delegações Distritais.

2 - Compete ao Conselho Directivo Nacional (CDN) definir e tornar pública, nomeadamente através do portal da Ordem na internet, a documentação e demais elementos necessários para a apresentação das candidaturas a membro da Ordem nas diversas categorias.

Artigo 4.º**Instrução e decisão das candidaturas**

Os processos de candidatura a membro da Ordem nas diversas categorias são instruídos pelos Conselhos Directivos Regionais e decididos pelo CDN, salvo nos casos em que o Estatuto ou os Regulamentos

disponham de modo diferente.

CAPÍTULO II

Admissão de Membros

SECÇÃO I

Admissão de Membros Efectivos e Estagiários

SUBSECÇÃO I

Admissão de formados por escolas portuguesas

Artigo 5.º

Candidaturas

1 - Podem candidatar-se à admissão como membro efectivo ou como membro estagiário da Ordem dos Engenheiros os titulares de:

a) Grau académico de licenciado, mestre ou doutor em engenharia no âmbito do Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março, alterado pelo Decreto-Lei 107/2008, de 25 de Junho.

b) Grau académico de licenciado em engenharia, ou equivalente legal, num ciclo de estudos anterior à reforma do ensino superior (Processo de Bolonha).

2 - Os mestres a que se refere a alínea a) do número anterior devem possuir um mestrado integrado em engenharia ou uma licenciatura em engenharia.

3 - Os doutores em engenharia, devem possuir toda a anterior formação superior em engenharia.

Artigo 6.º

Provas de admissão

1 - A admissão como membro efectivo ou como membro estagiário de uma especialidade depende de:

a) Avaliação curricular individual;

b) Nos casos em que a avaliação curricular individual demonstre existirem lacunas relevantes no currículo do candidato em áreas consideradas essenciais para o exercício profissional na especialidade de engenharia que o candidato pretende integrar, realização de prova de avaliação de conhecimentos, aptidões e competências.

2 - A avaliação curricular individual é realizada por júris nacionais compostos nos termos do artigo 27.º e tem por objecto determinar se existem lacunas relevantes no curriculum do candidato e, nesses casos, determinar as matérias das provas de avaliação de conhecimentos e recomendar a incidência do estágio profissional de admissão.

3 - A prova a que se refere a alínea b) do n.º 1 incidirá em matérias básicas para a engenharia ou em

matérias específicas da especialidade, ou em ambas, podendo ser composta de duas partes: uma escrita e, se necessário, uma segunda, oral, a realizar preferencialmente em dias diferentes.

4 - Os candidatos que na prova escrita de avaliação de conhecimentos obtiverem classificação igual ou superior a 9,5 valores (escala de 0 a 20), consideram-se Aprovados.

5 - Os candidatos com classificação entre 7 e 9,5 valores podem requerer a realização de prova oral, sendo a classificação, nesta prova, a que determinará a classificação final.

6 - Os candidatos com classificação inferior a 7 valores consideram-se Não Aprovados.

7 - A prova prevista no n.º 3 poderá ser substituída por uma única prova de entrevista oral, nos casos em que o júri de avaliação curricular entenda necessário obter do candidato esclarecimentos com vista a clarificar aspectos do seu currículo que lhe tenham oferecido dúvidas.

8 - Compete ao Conselho de Admissão e Qualificação (CAQ), ouvido o Conselho Coordenador de Colégios (CCC), determinar a estrutura geral das provas de admissão e aos Conselhos Nacionais dos Colégios de Especialidade (CNCE) a configuração específica das provas para ingresso na respectiva especialidade, que deverão atender ao grau de qualificação a que os candidatos concorrem.

9 - Os requisitos essenciais que os candidatos devem preencher para o exercício profissional nas áreas da especialidade são fixados por cada CNCE.

Artigo 7.º

Realização, inscrição e organização das provas

1 - As provas de admissão são promovidas pelo CDN que também define as condições da sua realização, nos termos do disposto no Estatuto e no presente Regulamento e têm lugar em duas épocas, nos meses de Abril e de Novembro, podendo a avaliação a que alude a alínea b) do n.º 1 do artigo anterior, prorrogar-se para os meses seguintes se tal se tornar necessário.

2 - As inscrições para as provas de admissão têm lugar até ao dia 10 do mês anterior ao da realização das mesmas.

3 - As provas de avaliação a que alude a alínea b) do n.º 1 do artigo anterior são nacionais, elaboradas e coordenadas pelos CNCE, sob orientação do CAQ e, sempre que possível, poderão ter lugar nas sedes de Região ou de Secção Regional e onde existam Delegações da Ordem, ou outros locais, desde que o número de candidatos o justifique.

Artigo 8.º

Resultado das provas

O resultado final das provas de admissão será divulgado sob a forma de Aprovado ou Não Aprovado.

Artigo 9.º

Candidatos aprovados

- 1 - Os candidatos aprovados nas provas de admissão têm direito a ser inscritos como membros estagiários e a realizar o estágio nos termos previstos no Regulamento de Estágios da Ordem dos Engenheiros, sem prejuízo do estabelecido nos números seguintes.
- 2 - Os candidatos aprovados nas provas de admissão que possuam mais de cinco anos de experiência profissional, podem, para efeitos de admissão como membros efectivos, requerer ao Bastonário a dispensa da realização de estágio.
- 3 - Compete ao CAQ, ouvido o CCC, pronunciar-se sobre as dispensas de estágio e a admissão como membros efectivos.
- 4 - Caso o considere necessário, o CAQ pode determinar a realização de uma prova pública para discussão do currículo apresentado pelo candidato para a admissão como membro efectivo com dispensa de estágio.
- 5 - Os candidatos dispensados da realização de estágio devem frequentar o Curso de Ética e Deontologia Profissional promovido pela Ordem e prestar as respectivas provas, ficando, nestes casos, a inscrição como membro efectivo condicionada à conclusão do mesmo. Em casos excepcionais, podem estes candidatos ser dispensados da frequência deste Curso, por deliberação do CDN.
- 6 - Têm direito à inscrição como membros efectivos todos os que concluíam o estágio nos termos do disposto no Regulamento de Estágios, e frequentem, com aproveitamento, o Curso de Ética e Deontologia Profissional, sem prejuízo do disposto nos n.os 2 e 5.
- 7 - A inscrição como membro efectivo é efectuada numa das Especialidades reconhecidas pela Ordem, cabendo esta decisão ao CDN, após a instrução do processo pelo respectivo Conselho Directivo Regional ou da Secção Regional e ouvidos os órgãos da Ordem estatutária e regulamentarmente previstos.
- 8 - A inscrição numa especialidade, nos termos do Estatuto, confere, aos membros com formação académica de base correspondente a essa especialidade, o direito ao uso do título de Engenheiro dessa mesma especialidade e ao exercício profissional na mesma. Os restantes membros nela agrupados por afinidade de formação e para efeitos internos da Ordem, nomeadamente eleger e ser eleito para os órgãos da especialidade, usam o título e exercem a profissão na área correspondente às suas formações e naquelas que os documentos emitidos pela Ordem os credenciarem.
- 9 - A admissão como membro efectivo é efectuada no nível de Membro num dos Graus de Qualificação previstos no artigo 16.º

SUBSECÇÃO II

Admissão de formados no estrangeiro

Artigo 10.º

Admissão de formados no estrangeiro

- 1 - A admissão como membro efectivo ou como membro estagiário de candidatos com cursos superiores de engenharia oriundos de escolas de Estados membros da União Europeia (UE) e demais Estados

abrangidos pelas Directivas da UE será realizada nos termos da respectiva legislação transposta vigente ou dos protocolos em vigor de que a Ordem dos Engenheiros seja parte.

2 - A admissão de candidatos oriundos de países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa faz-se nos termos dos protocolos em vigor de que a Ordem dos Engenheiros seja parte e da legislação que a possa regular.

3 - A admissão de candidatos oriundos de outros países cujas associações de engenharia que os representam sejam parte em acordos de nível internacional que a Ordem dos Engenheiros tenha subscrito, faz-se nos termos dos referidos acordos.

4 - Na admissão de candidatos oriundos dos restantes países e na falta de protocolos específicos, a decisão compete ao CDN.

5 - São subsidiariamente aplicáveis as disposições constantes do presente Regulamento.

SUBSECÇÃO III

Prestadores de serviços

Artigo 11.º

Prestadores de serviços

1 - Os nacionais oriundos de Estados membros da UE ou a eles equiparados, que, para o efeito, reúnam as necessárias condições, podem prestar serviços como engenheiros, nos termos da legislação aplicável, e, não sendo membros da OE, são nela registados, nomeadamente para efeitos disciplinares.

2 - A análise das declarações e demais documentação, apresentada pelos prestadores de serviços mencionados no número anterior, é feita pelo CAQ.

SECÇÃO III

Admissão de Membros Honorários, Estudantes, Correspondentes e

Colectivos

Artigo 12.º

Membros Honorários

1 - Podem ser admitidos como membros honorários os indivíduos ou colectividades que, exercendo ou tendo exercido actividade de reconhecido interesse público e contribuído para a dignificação e prestígio da profissão de engenheiro, sejam considerados merecedores de tal distinção.

2 - Compete ao CDN conferir a qualidade de membro honorário, por proposta fundamentada de um Conselho Directivo Regional ou de Secção Regional.

Artigo 13.º

Membros Estudantes

- 1 - Poderão ser admitidos como membros estudantes os alunos matriculados em cursos superiores de engenharia, em condições de poder aceder às categorias de membro estagiário ou efectivo.
- 2 - A permanência na categoria requer a apresentação anual de documento comprovativo da frequência de um curso superior de engenharia, nas condições indicadas no número anterior.

Artigo 14.º**Membros Correspondentes**

- 1 - Podem ser admitidos como membro correspondente:
 - a) Profissionais titulares de, pelo menos, o grau académico de licenciado que, não exercendo a profissão de engenheiro nem tendo a respectiva formação escolar, exerçam actividades afins e apresentem um curriculum valioso, reconhecido como tal pelo CAQ;
 - b) Os membros de associações equivalentes estrangeiras que confirmem igual tratamento aos membros da Ordem;
 - c) Os profissionais de engenharia diplomados por escolas portuguesas cujo diploma dê acesso à categoria de membro efectivo e que exerçam a sua actividade no estrangeiro.
- 2 - Compete ao CAQ decidir da admissão como membro correspondente por proposta de um Conselho Directivo Regional ou de Secção Regional, a quem compete instruir o processo.

Artigo 15.º**Membros colectivos**

- 1 - Podem inscrever-se na Ordem como membros colectivos as pessoas colectivas que com ela estabeleçam acordo escrito e que desenvolvam actividade relevante de formação, investigação ou difusão do conhecimento em área directamente relacionada com a engenharia.
- 2 - Quando se trate de associações, é ainda necessário, para efeito do número anterior, que, pelo menos, 50 % dos seus membros se encontrem inscritos na Ordem.
- 3 - Compete ao Conselho Directivo Nacional admitir os membros colectivos e definir as demais condições de admissão.

CAPÍTULO III**Atribuição de graus e níveis de qualificação profissional****SECÇÃO I****Graus de qualificação****Artigo 16.º**

Graus de qualificação

1 - Os graus de qualificação destinam-se a graduar os membros efectivos no acto de admissão à Ordem dos Engenheiros, aplicam-se no nível de qualificação de Membro e são os seguintes:

- a) Grau de qualificação E1 - Membros com licenciatura em engenharia;
- b) Grau de qualificação E2 - Membros com mestrado em engenharia;
- c) Grau de qualificação E3 - Membros com doutoramento em engenharia.

2 - Os membros efectivos titulares de licenciatura em engenharia em ciclo de estudos anterior à reforma do ensino superior (Processo de Bolonha) são qualificados no Grau E2.

3 - Na admissão, as competências profissionais a atribuir aos membros com grau de qualificação E1 serão sempre diferenciadas das competências profissionais a atribuir aos membros com grau de qualificação E2 e E3.

4 - As competências profissionais terão em conta as diferenças referidas no n.º 1, baseadas na graduação de actos de engenharia definidos no âmbito do CCC.

5 - No acto de admissão de cada membro efectivo será estabelecido pelo CAQ, ouvido o CNCE, o domínio e âmbito do exercício profissional autónomo.

6 - O exercício profissional no domínio e âmbito da especialidade será pleno ou será limitado, devendo ser, neste último caso, fixadas as competências atribuídas, que figurarão, nomeadamente, nas declarações comprovativas da inscrição na especialidade, a emitir pela Ordem para efeitos de exercício profissional.

7 - Anualmente, a requerimento do interessado, as limitações ao exercício profissional que forem fixadas nos termos do número anterior, poderão ser revistas com base na avaliação da evolução académica e ou curricular do interessado

Artigo 17.º

Progressão de Grau

1 - Sempre que um membro efectivo obtenha um outro grau académico mais elevado no ensino superior de engenharia, em ciclo de estudos acreditados pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, ou considerado equivalente, aceitável na mesma especialidade, o grau de qualificação será actualizado em conformidade.

2 - A progressão do grau de qualificação E1 para o grau E2 pode também ser feita, após sete anos de permanência no grau E1 e avaliação em provas curriculares públicas, as quais terão por objectivo determinar os conhecimentos e a relevância das competências obtidas através de experiência profissional e formação complementar.

3 - As provas públicas são efectuadas a requerimento dos interessados dirigido ao Bastonário, ao qual anexam o respectivo currículo profissional e outros elementos que considerem valorativos da sua actividade.

4 - As provas terão lugar em dia e hora marcados com uma antecedência não inferior a 10 dias úteis, numa das sedes regionais ou distritais da Ordem, ou noutro local a designar, num prazo não superior a 90 dias após a recepção pela Ordem do requerimento para a sua realização.

SECÇÃO II

Outorga de Níveis de Qualificação

Artigo 18.º

Níveis de Qualificação

Os níveis de qualificação profissional dos membros efectivos da Ordem são os seguintes:

- a) Membro;
- b) Membro sénior;
- c) Membro conselheiro.

Artigo 19.º

Membro

O nível de membro é atribuído aos candidatos admitidos como membro efectivo da Ordem com os graus de qualificação previstos no artigo 16.º

Artigo 20.º

Membro Sénior

1 - O nível de membro sénior é atribuído aos membros efectivos com os graus de qualificação E2 ou E3, com pelo menos 5 anos na categoria e grau e detentores de um currículo que demonstre senioridade reconhecida pela Ordem, que o requeiram ao Bastonário em impresso próprio, observados os requisitos fixados nos números seguintes.

2 - No requerimento de atribuição do nível, ou em documentos a ele anexos, devem constar os seguintes elementos necessários à apreciação da candidatura:

- a) Tempo de exercício da profissão;
- b) Grau de qualificação na Ordem;
- c) Currículo profissional;
- d) Informação sobre estágios, cursos de pós-graduação e ou cursos de formação permanente realizados;
- e) Identificação de, pelo menos, três membros da Ordem com o nível de membro sénior ou de membro conselheiro, que possam dar referências.
- f) Outros elementos que considerem valorativos do seu mérito profissional.

3 - O CAQ, caso considere necessário, poderá exigir a entrega de novos elementos para completa apreciação do mérito do candidato e, a título excepcional, no caso de o candidato não conseguir, fundamentadamente, apresentar todas as referências de membros seniores ou conselheiros, aceitar referências de membros com os graus de qualificação E2 ou E3, com experiência profissional não inferior à do candidato, membros correspondentes, ou de personalidades de reconhecido mérito profissional, que com ele tenham trabalhado ou acompanhado as suas actividades profissionais.

4 - O currículo apresentado deve demonstrar maturidade no exercício da profissão, seja ao nível do projecto, da realização, da gestão, da actividade académica ou da investigação, evidenciando autonomia e capacidade de chefia ou coordenação. Tratando-se de actividade académica, deverá o candidato possuir um doutoramento por uma universidade portuguesa ou estrangeira, ou grau conferido por instituto de investigação considerado equivalente. Será valorizada a frequência de cursos de pós-graduação ou de formação permanente e estágios, bem como o desempenho de cargos de gestão, conselho ou representação ou equiparados em instituições e associações de engenharia e empresas.

5 - Por razões excepcionais, devidamente fundamentadas, o CAQ poderá propor, ouvidos o CNCE e o CCC, a atribuição do nível de qualificação profissional de membro sénior a membros efectivos que não satisfaçam o tempo mínimo referido no n.º 1.

Artigo 21.º

Membro Conselheiro

1 - O nível de membro conselheiro é atribuído aos membros seniores com, pelo menos, 5 anos de permanência nesse nível e 15 anos como membro efectivo ou 20 anos de actividade profissional, com currículo de elevado mérito reconhecido pela Ordem, observados os requisitos estabelecidos nos números seguintes.

2 - No requerimento de atribuição do nível, ou em documentos a ele anexos, devem constar os seguintes elementos necessários à apreciação da candidatura:

- a) Tempo de exercício da profissão;
- b) Currículo profissional (nele incluindo actividades culturais e cargos institucionais e associativos);
- c) Identificação de pelo menos três membros da Ordem com o nível de membro conselheiro, que possam dar referências.
- d) Outros elementos que considerem valorativos do seu mérito profissional.

3 - Os órgãos da Ordem que apreciem a candidatura poderão exigir a entrega de novos elementos se o considerarem necessário para completa apreciação do mérito do candidato e, a título excepcional, no caso de o candidato não conseguir, fundamentadamente, apresentar todas as referências de membros conselheiros, aceitar referências de membros seniores ou de personalidades de reconhecido mérito profissional, que com ele tenham trabalhado ou acompanhado as suas actividades profissionais.

4 - O currículo apresentado para a candidatura a membro conselheiro deve demonstrar que o candidato se notabilizou na concepção, planeamento, projecto, gestão ou direcção de trabalhos de engenharia, ou que

assumiu posição de elevada responsabilidade em trabalhos ou organizações de engenharia de grande dimensão ou complexidade, ou, ainda, que revelou invulgar capacidade criativa, de investigação ou de gestão no campo da engenharia, tendo elaborado e publicado trabalhos científicos ou técnicos de relevo na sua área de especialidade. O currículo deve demonstrar que o candidato possui um relevante nível cultural, sendo valorizado o desempenho de cargos de alto nível de gestão, conselho ou representação de instituições ou associações de engenharia e empresas.

5 - As candidaturas a membro conselheiro podem também iniciar-se sob proposta fundamentada de 3 membros conselheiros, do Bastonário, do CAQ ou de outro órgão nacional da Ordem, podendo, por razões excepcionais e devidamente fundamentadas, ser dispensada a apresentação do requerimento, as referências e os tempos mínimos mencionados no n.º 1.

Artigo 22.º

Sentido da decisão

1 - Antes da decisão final, será comunicado ao candidato o sentido desfavorável do parecer ou proposta do órgão que a emitir, quando for o caso.

2 - O candidato pode, se assim o entender, retirar a sua candidatura, tendo a opção de a renovar, nesse caso, no prazo que for indicado na comunicação ou, na sua falta, no prazo indicado no artigo 25.º Em alternativa pode requerer que prossiga a sua apreciação até decisão final.

3 - Caso o candidato não se pronuncie, inequivocamente, no prazo de 20 dias após a recepção da comunicação referida no n.º 1, por uma das alternativas mencionadas no número anterior, o processo de candidatura será arquivado, só podendo ser renovado no prazo estabelecido no artigo 25.º

Artigo 23.º

Atribuição

1 - O nível de Membro com o respectivo grau de qualificação é atribuído pelo CDN no acto de admissão como membro efectivo.

2 - Compete ao CDN atribuir, por proposta do CAQ, acompanhada do parecer prévio do CNCE e ouvido o CCC, os níveis de qualificação profissional de membro sénior e de membro conselheiro.

Artigo 24.º

Diplomas

Os níveis de membro sénior e de membro conselheiro serão certificados por meio de diploma, no qual constará que ao membro da Ordem foi reconhecido mérito profissional correspondente ao nível de qualificação atribuído.

Artigo 25.º

Renovação do pedido

Nos casos em que a atribuição requerida tenha sido desfavorável em decisão final, os candidatos à passagem de grau ou de nível de qualificação profissional só poderão apresentar novo pedido, dois anos após a data em que haviam requerido a anterior atribuição.

CAPÍTULO IV

Composição dos júris

SECÇÃO I

Requisitos

Artigo 26.º

Requisitos

Só podem integrar os júris os membros efectivos da Ordem com o nível de qualificação profissional de membro sénior ou de membro conselheiro ou, na falta destes, membros efectivos com mais de 10 anos de actividade profissional.

SECÇÃO II

Júris das provas de admissão

Artigo 27.º

Júris de avaliação curricular individual

1 - Os júris de avaliação curricular individual dos candidatos à admissão como membro efectivo ou como membro estagiário, bem como da prova a que se refere o n.º 7 do artigo 6.º, são organizados por especialidade e compostos por:

- a) Presidente do CAQ, que preside;
- b) Um representante do CAQ;
- c) Um representante de cada CNCE.

2 - Na ausência ou impedimento do Presidente do CAQ e sempre que este o solicitar, preside ao júri o Presidente do CCC; não podendo este, presidirá um membro do CAQ da especialidade ou do CNCE, que o Presidente do CAQ designar.

3 - No caso das funções de Presidente do CAQ e de Presidente do CCC não terem sido delegadas pelo Bastonário, presidirá aos júris quem este designar.

Artigo 28.º

Júris das provas de avaliação de conhecimentos

Em cada especialidade, os júris das provas a que se refere a alínea b) do n.º 1 e o n.º 3 do artigo 6.º, são compostos por três membros designados pelo respectivo CNCE que indica o respectivo Presidente.

Artigo 29.º**Júris das provas para progressão de grau de qualificação**

Os júris das provas a que se refere o artigo 17.º são compostos por três membros designados pelo CNCE em que o candidato esteja agrupado, indicando o respectivo Presidente.

Artigo 30.º**Júris das provas para dispensa de estágio**

Os júris das provas para dispensa de estágio a que se refere o n.º 4 do artigo 9.º têm a composição prevista no artigo 27.º

Artigo 31.º**Assessores dos júris**

Por decisão dos júris, poderão ser agregados aos mesmos, assessores preferivelmente pertencentes à bolsa de avaliadores estabelecida no artigo 36.º, sempre que tal se verifique necessário para permitir a realização das avaliações curriculares nos prazos previstos.

Artigo 32.º**Ratificação dos júris**

Os júris a que se referem os artigos 28.º e 29.º são ratificados pelo CAQ.

Artigo 33.º**Substituição dos membros dos júris**

1 - Os membros dos júris a que se refere o artigo 27.º podem ser substituídos por outros membros da especialidade do órgão da Ordem que representam.

2 - Os membros dos restantes júris poderão ser substituídos nos termos em que ocorre a designação.

Artigo 34.º**Eficácia das decisões dos júris**

Consideram-se válidas e são eficazes as decisões dos júris que tenham o voto (favorável ou desfavorável) de dois dos seus membros.

Artigo 35.º**Divulgação dos júris**

A composição dos júris e a substituição dos seus membros é tornada pública.

Artigo 36.º

Bolsa de avaliadores e júris

- 1 - Será criada uma bolsa de membros para integrar ou assessorar os júris previstos no presente Regulamento.
- 2 - Compete ao CDN aprovar, por proposta do CAQ, o regulamento da bolsa de membros.
- 3 - Depois de criada e regulamentada a bolsa, e logo que esta tenha o número de membros suficiente, a escolha de membros para integrar os júris, deve recair, preferencialmente, nos que nela estejam inscritos.
- 4 - Exceptuam-se do disposto no número anterior os júris constituídos por membros oriundos dos órgãos da Ordem e os casos em que o CAQ entenda que as matérias em causa recomendam formações ou percursos profissionais que os membros integrantes da bolsa não possuam.

CAPÍTULO V**Recursos****Artigo 37.º****Recursos**

- 1 - Das decisões dos júris, CNCE, CCC, CAQ e demais órgãos da Ordem previstas no presente Regulamento, cabe recurso para o CDN.
- 2 - Das decisões do CDN não há recurso no âmbito da Ordem.

CAPÍTULO VI**Taxas****Artigo 38.º****Taxas**

Compete ao CDN fixar as taxas devidas pela realização das provas de admissão, pela dispensa de estágio, pela mudança de categoria e pelas passagens de grau e de nível de qualificação profissional.

CAPÍTULO VII**Delegação de poderes****Artigo 39.º****Delegação de poderes**

- 1 - O CAQ pode delegar no seu Presidente as seguintes competências:
 - a) Pronunciar-se sobre as candidaturas de admissão como membro efectivo e membro estagiário;
 - b) Pronunciar-se e decidir sobre a prestação de serviços por profissionais de engenharia oriundos de

Estados membros da UE e equiparados;

- c) Ratificar a composição dos júris designados pelos CNCE, bem como a substituição dos seus membros;
- d) Apreçar as candidaturas e propor ao CDN a atribuição de graus e do nível de qualificação profissional de membro sénior;

2 - O CCC pode também delegar no seu Presidente os poderes previstos no número anterior, nas matérias em que tenha de ser ouvido.

3 - Os CNCE podem delegar nos seus Presidentes o poder para designar e substituir os membros dos júris previstos no presente Regulamento que lhes caiba propor, dar parecer sobre as matérias em que tenham de emitir ou em que tenham de intervir, relativamente às admissões na Ordem e à atribuição de graus e de níveis de qualificação profissional.

4 - O CDN pode delegar no Bastonário os poderes para decidir sobre a admissão dos membros efectivos e a atribuição dos graus de qualificação, bem como sobre a atribuição do nível de qualificação profissional de membro sénior, assim como para decidir das reclamações prévias que possam existir sobre a composição dos júris.

CAPÍTULO VIII

Disposições finais e transitórias

Artigo 40.º

Actuais membros efectivos e estagiários

1 - Aos membros efectivos da Ordem, que à data da entrada em vigor do presente Regulamento, possuam o nível de qualificação de membro é atribuído o grau de qualificação E2.

2 - Quando passarem à categoria de membro efectivo e nível de qualificação de membro, os actuais membros estagiários podem também obter o grau de qualificação mencionado no número anterior.

3 - Os actuais membros efectivos com o nível de qualificação de membro e os actuais membros estagiários quando adquirirem tais categoria e nível, que satisfaçam as condições previstas no n.º 1 do artigo 17.º, poderão requerer a atribuição do grau de qualificação E3.

Artigo 41.º

Aplicação no tempo

1 - O presente Regulamento aplica-se às candidaturas nele referidas, apresentadas na OE a partir da data da sua entrada em vigor.

2 - Os candidatos a membro em qualquer categoria e os membros efectivos candidatos à atribuição de níveis de qualificação, que apresentaram as respectivas candidaturas na OE, antes da entrada em vigor do presente Regulamento, podem requerer que lhes sejam aplicáveis as disposições constantes do mesmo.

Artigo 42.º

Revogação

É revogado o Regulamento de Admissão e Qualificação e Anexos, aprovado na reunião da Assembleia de Representantes (AR) de 29 de Março de 1993 e alterações subsequentes.

Artigo 43.º**Prevalência**

Excepto quando dele resulte expressamente o contrário, o disposto no presente Regulamento prevalece sobre quaisquer outros Regulamentos anteriores aprovadas pela OE, que tratem das mesmas matérias.

Artigo 44.º**Casos Omissos**

Os casos omissos neste Regulamento são decididos pelo CDN, sob proposta do CAQ, ouvido o CCC.

Artigo 45.º**Início da vigência**

O presente Regulamento entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao da sua publicação no Diário da República.

9 de Julho de 2011. - A Mesa da Assembleia de Representantes:

Engenheiro *António Coelho dos Santos* - Engenheiro *José Manuel Pinto Ferreira Lemos* - Engenheiro

***João Carlos Gonçalves Lanzinha*, em**

substituição do Eng. *Celestino Flório Quaresma*.

204988219

Pode consultar o DR original em:

<http://www.dre.pt/util/getpdf.asp?s=dig&serie=2&iddip=2011046548>

Ligações deste documento

Este documento liga aos seguintes documentos:



1992-06-30 - Decreto Lei 119/92 - Ministério Do Planeamento E Administração Do Território

Aprova e publica em anexo o novo Estatuto da Ordem dos Engenheiros, criada pelo Decreto-Lei nº 27288 de 24 de Novembro de 1936.

2006-03-24 - Decreto Lei 74/2006 - Ministério Da Ciência Tecnologia E Ensino Superior

Aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior, em desenvolvimento do disposto nos artigos 13.º a 15.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), bem como o disposto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto (estabelece as bases do financiamento do ensino superior).

2007-11-05 - Decreto Lei 369/2007 - Ministério Da Ciência Tecnologia E Ensino Superior

Cria a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior e aprova os respectivos estatutos.

2008-06-25 - Decreto Lei 107/2008 - Ministério Da Ciência Tecnologia E Ensino Superior

Altera os Decretos-Leis n.os 74/2006, de 24 de Março, 316/76, de 29 de Abril, 42/2005, de 22 de Fevereiro, e 67/2005, de 15 de Março, promovendo o aprofundamento do Processo de Bolonha no ensino superior, assim como uma maior simplificação e desburocratização de procedimentos no âmbito da autorização de funcionamento de cursos, introduzindo medidas que garantem maior flexibilidade no acesso à formação superior, criando o regime legal de estudante a tempo parcial, permitindo a frequência de disciplinas avuls (...)

2009-03-04 - Lei 9/2009 - Assembleia Da República

Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2005/36/CE (EUR-Lex), do Parlamento e do Conselho, de 7 de Setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e a Directiva n.º 2006/100/CE (EUR-Lex), do Conselho, de 20 de Novembro, que adapta determinadas directivas no domínio da livre circulação de pessoas, em virtude da adesão da Bulgária e da Roménia.

2009-07-03 - Lei 31/2009 - Assembleia Da República

Aprova o regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projectos, pela fiscalização de obra e pela direcção de obra, que não esteja sujeita a legislação especial, e os deveres que lhes são aplicáveis.

2009-10-30 - Portaria 1379/2009 - Ministério Das Obras Públicas Transportes E Comunicações;Ministério Da Ciência Tecnologia E Ensino Superior

Regulamenta as qualificações específicas profissionais mínimas exigíveis aos técnicos responsáveis pela elaboração de projectos, pela direcção de obras e pela fiscalização de obras.

Ligações para este documento

Este documento é referido no seguinte documento:



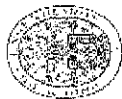
2011-08-09 - Declaração De Rectificação 1302/2011 - Ordem Dos Engenheiros

Rectifica o regulamento n.º 480/2011, de 9 de Agosto, que aprova a revisão do Regulamento de Admissão e Qualificação da Ordem dos Engenheiros.

Aviso

NOTA IMPORTANTE - a consulta deste documento não substitui a leitura do Diário da República correspondente. Não nos responsabilizamos por quaisquer incorrecções produzidas na transcrição do original para este formato.

★ 2014.09.30 10:11 ★



ORDEM
DOS
ENGENHEIROS

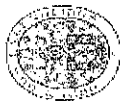
Doc. 12, p. 1 de 7

PROJETO DE ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ORDEM DOS ENGENHEIROS

(nos termos previstos no artigo 53.º, n.º 4 da Lei n.º 2/2013, de 10 de Janeiro)

Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei nº 119/92, de 30 de Junho	Projeto de alterações
<p>TÍTULO I</p> <p>DA ORDEM DOS ENGENHEIROS</p> <p>CAPÍTULO I</p> <p>Disposições gerais</p> <p>Artigo 1.º</p> <p>Denominação, natureza e sede</p> <p>1 – A Ordem dos Engenheiros, adiante designada, abreviadamente, por Ordem, é a associação pública representativa dos licenciados em Engenharia que exercem a profissão de engenheiro.</p> <p>2 – A Ordem é independente dos órgãos do Estado e goza de autonomia administrativa, financeira, científica, disciplinar e regulamentar.</p> <p>3 – A Ordem tem a sua sede em Lisboa.</p>	<p>Artigo 1.º</p> <p>[...]</p> <p>1 – A Ordem dos Engenheiros, adiante designada, abreviadamente, por Ordem, é a associação pública representativa dos licenciados ou titulares de habilitação académica superior, em Engenharia, que exercem a profissão de engenheiro.</p> <p>2 –</p> <p>3 –</p>
	<p>Artigo 1.º-A</p> <p>Tutela administrativa</p> <p>Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo anterior, o exercício dos poderes de tutela administrativa de legalidade sobre a Ordem dos Engenheiros compete ao Ministro (a definir pelo Governo).</p>
<p>Artigo 2.º</p> <p>Atribuições</p> <p>1 – A Ordem tem como escopo fundamental contribuir para o progresso da engenharia, estimulando os esforços dos seus associados nos domínios científico, profissional e social, bem como o cumprimento das regras de ética profissional.</p> <p>2 – Na prossecução das suas atribuições, cabe à Ordem:</p> <p>a) Assegurar o cumprimento das regras de ética profissional e o nível de qualificação profissional dos engenheiros;</p> <p>b) Atribuir o título profissional de engenheiro e regulamentar o exercício da respectiva profissão;</p> <p>c) Defender os interesses, direitos e prerrogativas dos seus membros;</p>	<p>Artigo 2.º</p> <p>Fins e atribuições</p> <p>1 – A Ordem tem como fins fundamentais reconhecer e regular o exercício da profissão, registar a inscrição dos membros, contribuir para a defesa, promoção e progresso da engenharia, estimular os esforços dos seus membros nos domínios científico, profissional e social, e defender a ética, a deontologia, a valorização e a qualificação profissionais dos engenheiros.</p> <p>2 –</p> <p>a)</p> <p>b) Atribuir, em exclusivo, o título profissional de engenheiro e regulamentar o acesso e o exercício da profissão de engenheiro.</p>

Chad



ORDEM
DOS
ENGENHEIROS

Doc-12, p.2 de 7

- d) Zelar pela função social, dignidade e prestígio da profissão de engenheiro;
- e) Fomentar o desenvolvimento do ensino da engenharia;
- f) Contribuir para a estruturação das carreiras dos engenheiros;
- g) Proteger o título e a profissão de engenheiro, promovendo o procedimento judicial contra quem o use ou a exerça ilegalmente;
- h) Promover a cooperação e solidariedade entre os seus associados;
- i) Valorizar a qualificação profissional dos engenheiros pela concessão dos respectivos níveis e títulos de especialista e pela participação activa na formação de pós-graduação, emitindo os competentes certificados e cédulas profissionais;
- j) Prestar a colaboração técnica e científica solicitada por quaisquer entidades, públicas ou privadas, quando exista interesse público;
- l) Desenvolver relações com associações afins, nacionais e estrangeiras, podendo aderir a uniões e federações internacionais;
- m) Exercer jurisdição disciplinar sobre os engenheiros;
- n) Exercer as demais funções que resultam da lei e das disposições deste Estatuto.

- c) Defender coletivamente os legítimos interesses, direitos e prerrogativas dos seus membros e prestar-lhes serviços de formação e informação sobre as matérias diretamente relacionadas com o exercício da profissão;
- d) Zelar pela função social, dignidade e prestígio da profissão de engenheiro e atribuir distinções e títulos honoríficos.
- e) Fomentar o desenvolvimento do ensino e da formação em engenharia e participar nos processos oficiais de acreditação e avaliação dos cursos que dão acesso à profissão, ou em outros promovidos por entidades nacionais ou estrangeiras.
- f);
- g) Proteger o título e a profissão de engenheiro, promovendo o procedimento judicial contra quem o use ou a exerça ilegalmente, podendo, designadamente, constituir-se assistente em processo penal.
- h);
- i);
- j) Prestar a colaboração técnica e científica na área da engenharia que seja solicitada por quaisquer entidades, públicas ou privadas, quando estejam em causa matérias relacionadas com os seus fins e atribuições ou com a prossecução de fins de interesse público relacionados com a profissão de engenheiro;
- k) Participar na elaboração de legislação que diga respeito ao acesso e exercício da profissão de engenheiro;
- l) Desenvolver relações com associações afins, nacionais e estrangeiras, podendo constituir ou aderir a uniões e federações internacionais;
- m);
- n) Elaborar e manter atualizado o registo dos membros, através do desenvolvimento de um sistema de certificação dos currículos profissionais dos engenheiros;
- o) Reconhecer as qualificações profissionais para o exercício da profissão de engenheiro obtidas fora do território nacional, nos termos da lei, do direito da União Europeia ou de convenção internacional;
- p) Reconhecer as qualificações profissionais para o exercício da profissão de engenheiro obtidas fora do território nacional com base em acordo de cooperação entre a Ordem e entidade afim estrangeira;
- q) Estabelecer formas de colaboração ou de cooperação com entidades estrangeiras que visem facilitar e incentivar a mobilidade dos profissionais, nomeadamente através da emissão, validação e utilização da carteira profissional europeia;

Chus



ORDEM
DOS
ENGENHEIROS

Doc-12, p.3 de 7

	<p>r) Regular a atividade profissional dos engenheiros;</p> <p>r) Criar colégios de especialidade, organizar o seu funcionamento e regular o acesso aos mesmos;</p> <p>s) Criar, sempre que se justifique, formas de representação no estrangeiro, de modo a poder prestar serviços de apoio aos engenheiros que aí exerçam a sua atividade profissional;</p> <p>t) Promover formas e meios de comunicação com o objetivo de prestar aos seus membros e ao público em geral informação atualizada nas áreas técnica, científica, deontológica, jurídica e cultural, e, bem assim, promover, patrocinar ou apoiar a edição de publicações ou artigos com relevância na área da engenharia;</p> <p>u) Celebrar protocolos com entidades públicas ou privadas destinados a obter condições vantajosas e benefícios para os seus membros relativamente aos bens fornecidos e ou serviços prestados por aquelas entidades;</p> <p>v) <i>(Anterior alínea n), l.</i></p> <p>3 – Incumbe à Ordem representar os engenheiros junto dos órgãos de soberania e colaborar com o Estado e demais entidades públicas.</p> <p>4 – A Ordem pode intervir, como assistente, nos processos judiciais em que seja parte um dos seus membros e em que esteja em causa questões relacionadas com o exercício da profissão de engenheiro.</p> <p>5 – A Ordem tem direito a utilizar insígnias, bandeira e selo próprios.</p>
	<p>Artigo 2.º-A</p> <p>Autonomia administrativa, patrimonial e financeira</p> <p>1 – A Ordem é independente dos órgãos do Estado e goza de autonomia administrativa, financeira, orçamental, científica, disciplinar e regulamentar.</p> <p>2 – No exercício dos seus poderes públicos, a Ordem pratica os atos e aprova os regulamentos necessários ao desempenho das suas atribuições e funções, nos termos previstos na lei e no presente Estatuto.</p> <p>3 – Os regulamentos da Ordem aplicam-se aos seus membros e, bem assim, aos candidatos ao exercício da profissão de engenheiro.</p> <p>4 – Os regulamentos da Ordem com eficácia externa são publicados em <i>Diário da República</i>, sem prejuízo da sua publicação na revista oficial ou no sítio eletrónico da Ordem.</p> <p>5 – A Ordem dispõe de património próprio e de finanças próprias, bem como de autonomia orçamental, sem prejuízo da sua sujeição à jurisdição do Tribunal de Contas nos termos previstos na lei.</p> <p>6 – A autonomia financeira inclui o poder de fixar o valor da quota mensal ou anual dos seus membros, bem como as taxas pelos serviços prestados.</p>

Chad



Doc. 12, p. 4 de 7

<p>CAPÍTULO II Membros Artigo 3.º Inscrição</p> <p>A atribuição do título, o seu uso e o exercício da profissão de engenheiro dependem de inscrição como membro efectivo da Ordem.</p>	<p>CAPÍTULO II Membros Artigo 3.º [...]</p> <p>1 - [anterior corpo do artigo].</p> <p>2 - No exercício do seu poder regulamentar, a Ordem define as condições de admissão de membro nas diferentes categorias, as condições de atribuição de níveis e de graus de qualificação profissional, bem como, as respectivas competências profissionais atribuídas.</p>
<p>Artigo 4.º Título de engenheiro</p> <p>Para efeitos do presente Estatuto, designa-se por engenheiro o titular de licenciatura, ou equivalente legal, em curso de Engenharia, inscrito na Ordem como membro efectivo, e que se ocupa da aplicação das ciências e técnicas respeitantes aos diferentes ramos de engenharia nas actividades de investigação, concepção, estudo, projecto, fabrico, construção, produção, fiscalização e controlo de qualidade, incluindo a coordenação e gestão dessas actividades e outras com elas relacionadas.</p>	<p>Artigo 4.º Título de engenheiro e exercício da profissão</p> <p>1 - Para efeitos do presente Estatuto, designa-se por engenheiro o titular de licenciatura, ou equivalente legal, em Engenharia, inscrito na Ordem como membro efectivo, e que se ocupa da aplicação das ciências e técnicas respeitantes às diferentes especialidades de engenharia nas actividades de investigação, concepção, estudo, projecto, fabrico, construção, produção, avaliação, fiscalização e controlo de qualidade e segurança, peritagem e auditoria de engenharia, incluindo a coordenação e gestão dessas actividades e outras com elas relacionadas.</p> <p>2 - Sem prejuízo das competências próprias atribuídas por leis às demais profissões, a Ordem dos Engenheiros poderá estabelecer, mediante regulamento com eficácia externa e sujeito a homologação nos termos do nº5 do artigo 45º da Lei nº2/2013, de 10 de Janeiro, os atos próprios da profissão de engenheiro para cada especialidade;</p> <p>3 - Os atos praticados por engenheiro através de documento só são reconhecidos como tal se forem por ele assinados ou certificados nos termos definidos pela Ordem dos Engenheiros;</p> <p>4 - Os trabalhadores dos serviços e organismos da administração direta e indireta do Estado, das regiões autónomas, das autarquias locais e das demais pessoas coletivas públicas, só podem executar, no exercício das suas funções, serviços profissionais que envolvam a prática de atos próprios da profissão de engenheiro, e ações de verificação, aprovação, auditoria ou fiscalização sobre atos anteriores, caso se encontrem validamente inscritos como membros efetivos da Ordem.</p> <p>5 - Para efeitos do presente Estatuto, consideram-se atos próprios da profissão de engenheiro, os atos praticados por todos aqueles que, sendo membros da Ordem, dispõem de sólida e adequada formação científica de base e, ao seu nível, procedem à sua aplicação a modelos gerais com as competências, saberes e capacidade exigidos, no âmbito das atividades constantes do nº1.</p>

Handwritten signature



Doc. 12 p. 527

<p>Artigo 5.º Nacionais dos Estados comunitários</p> <p>1 – Podem inscrever-se na Ordem dos Engenheiros, para efeito do exercício em Portugal da profissão de engenheiro, os nacionais de outros Estados membros da Comunidade Europeia quando titulares das habilitações académicas e profissionais requeridas legalmente para o exercício desta profissão no respectivo Estado de origem.</p> <p>2 – Os órgãos competentes da Ordem podem exigir aos nacionais de Estados membros da Comunidade Europeia que requereram, nos termos do número anterior, a sua inscrição a frequência de estágios ou a prestação de provas de aptidão, nos termos da legislação aplicável.</p>	<p>6 – O uso ilegal do título de engenheiro ou o exercício da profissão de engenheiro sem título são punidos nos termos da lei penal.</p> <p>Artigo 5.º Nacionais de outros Estados</p> <p>1 – O exercício em Portugal da profissão de engenheiro por nacionais de outros Estados membros da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, que sejam possuidores das habilitações académicas e profissionais requeridas legalmente para o exercício da profissão de engenheiro no Estado de origem, depende de inscrição na Ordem.</p> <p>2 – Podem ainda inscrever-se na Ordem, para efeito do exercício em Portugal da profissão de engenheiro, os nacionais de outros Estados, ao abrigo de acordos em condições de reciprocidade.</p> <p>3 – Aos candidatos mencionados nos números anteriores pode ser exigida a realização de estágio profissional, a frequência da formação em ética e deontologia profissional e a realização de provas de avaliação, nos termos previstos no presente Estatuto e nos regulamentos aprovados pela Ordem.</p>
<p>Artigo 6.º Membros</p> <p>Os membros da Ordem distribuem-se pelas seguintes categorias:</p> <p>a) Membro efectivo; b) Membro estagiário; c) Membro honorário; d) Membro estudante; e) Membro correspondente; f) Membro colectivo.</p>	<p>Artigo 6.º Categorias de membros</p> <p>1 – ... a) ...; b) ...; c) ...; d) ...; e) ...; f)</p>
<p>Artigo 7.º Membro efectivo</p> <p>1 – A admissão como membro efectivo depende da titularidade de licenciatura, ou equivalente legal, em curso de Engenharia, estágio e prestação de provas.</p> <p>2 – Relativamente às provas de admissão a que se refere o número anterior, cabe à Ordem:</p> <p>a) Definir as condições em que se realizam periodicamente; b) Definir critérios objectivos de dispensa de provas de admissão, a rever periodicamente os quais se basearão nos currículos dos cursos, nos meios de ensino e nos métodos de avaliação.</p> <p>3 – Os membros efectivos são inscritos nas especialidades reconhecidas pela</p>	<p>Artigo 7.º [...]</p> <p>1 – A admissão como membro efectivo depende da titularidade de licenciatura ou habilitação académica superior, ou equivalente legal, em curso de Engenharia, estágio e prestação de provas de avaliação.</p> <p>2. Relativamente ao estágio e provas de avaliação a que se refere o número anterior, cabe à Ordem:</p> <p>a) ...; b) Definir critérios objectivos de dispensa do estágio e das provas.</p> <p>3 – ...</p>

Chaves

Dac-12p.60



ORDEM
DOS
ENGENHEIROS

<p>Ordem.</p> <p>Artigo 8.º Níveis de qualificação</p> <p>1 – Os níveis de qualificação são os seguintes:</p> <p>a) Membro;</p> <p>b) Membro sénior;</p> <p>c) Membro conselheiro.</p> <p>2 – O nível de membro sénior é atribuído aos engenheiros que o requeiram e possuam um currículo profissional de mérito reconhecido pelo órgão competente, de acordo com o regulamento aplicável.</p> <p>3 – O nível de membro conselheiro é atribuído aos membros seniores que o requeiram e possuam um currículo profissional e cultural considerado relevante pelo órgão competente, de acordo com o regulamento aplicável.</p>	<p>Artigo 8.º [...]</p> <p>1 – Os níveis de qualificação profissional dos membros efetivos da Ordem são os seguintes:</p> <p>a) Engenheiro Nível 1</p> <p>b) Engenheiro Nível 2</p> <p>c) Engenheiro Sénior</p> <p>d) Engenheiro Conselheiro</p> <p>2 – Aos membros efetivos titulares de uma licenciatura em engenharia regulada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 74/2006 é atribuída a qualificação de Engenheiro Nível 1.</p> <p>3 – Aos membros efetivos titulares de uma licenciatura em Engenharia, ou equivalente legal, em ciclo de estudos anterior à reforma do ensino superior (licenciatura pré-Bolonha), e aos titulares de mestrado ou doutoramento em Engenharia, com formação superior precedente também em engenharia, é atribuída a qualificação de Engenheiro Nível 2.</p> <p>4 – Os Engenheiros Nível 1 podem passar a Engenheiro Nível 2 nos termos a definir no regulamento aplicável.</p> <p>5 – O nível de membro Sénior é atribuído aos engenheiros Nível 2 que possuam um currículo profissional de mérito reconhecido pelo órgão competente, de acordo com o regulamento aplicável.</p> <p>6 – O nível de membro Conselheiro é atribuído aos membros seniores que possuam um currículo profissional e cultural considerado relevante pelo órgão competente, de acordo com o regulamento aplicável.</p>
<p>Artigo 9.º Local de inscrição</p> <p>1 – A inscrição na Ordem faz-se na região ou secção regional do domicílio profissional do candidato.</p> <p>2 – Pode ser autorizada a realização da inscrição em região diferente, de acordo com os interesses do candidato e com os objectivos da Ordem.</p>	<p>Artigo 9.º [...]</p> <p>1 – A inscrição na Ordem faz-se na região ou secção regional do domicílio fiscal do candidato.</p> <p>2 –</p>
<p>Artigo 10.º Membro estagiário</p> <p>Tom a categoria de membro estagiário o titular de licenciatura, ou equivalente legal, em curso de Engenharia, conferida por instituição de ensino superior, nacional ou estrangeira, que, para acesso a membro efectivo, efectua o estágio previsto, nos</p>	

Chad



Doc-14, p. 7 de 7

termos a definir pela Ordem.

Artigo 10.º-A

Estágio

1 – O estágio tem como objetivo a habilitação profissional do membro estagiário, implicando não só integração dos conhecimentos adquiridos na formação académica e a experiência da sua aplicação prática, mas também a percepção das condicionantes de natureza deontológica, legal, económica, ambiental, de recursos humanos, de segurança e de gestão em geral que caracterizam o exercício da profissão de engenheiro, de modo a que a profissão possa ser desempenhada de forma competente e responsável.

2 – O estágio rege-se pelo disposto na lei, no presente Estatuto e no Regulamento dos Estágios aprovado pela Ordem.

3 – A inscrição no estágio pode ser feita a qualquer momento e a sua realização, a efetuar dentro dos parâmetros definidos pela Ordem, é da responsabilidade do membro estagiário, sem prejuízo dos poderes de organização, supervisão, controlo e avaliação da Ordem e dos poderes de direção e supervisão do orientador do estágio cuja indicação é obrigatória.

4 – O estágio pode assumir mais do que uma modalidade, tendo em conta, designadamente, o seu desenvolvimento com base no plano de estágio apresentado pelo candidato, e aprovado pela Ordem, ou no currículo profissional do candidato.

5 – O estágio tem uma duração entre 6 meses e 18 meses, podendo variar conforme as habilitações académicas do candidato e a modalidade de estágio escolhida, nos termos do Regulamento dos Estágios.

6 – O estágio considera-se concluído com a apresentação do relatório do estágio e com avaliação positiva, nos termos previstos no Regulamento dos Estágios.

Artigo 11.º

[...]

Artigo 11.º

Membros honorários

Podem ser admitidos na qualidade de membros honorários os indivíduos ou colectividades que, exercendo ou tendo exercido actividade de reconhecido interesse público e contribuído para a dignificação e prestígio da profissão de engenheiro, sejam considerados como merecedores de tal distinção.

Artigo 12.º

Membros estudantes

Os estudantes de cursos de licenciatura, ou equivalente legal, em Engenharia podem ser admitidos na qualidade de membros estudantes.

Artigo 13.º

Artigo 12.º

[...]

Os estudantes de cursos de Engenharia podem ser admitidos na qualidade de membros estudantes.

Chud

Comunicado

Lei n.º 2/2013

Regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais

Proposta de Alteração do Estatuto

(remetida ao Senhor Ministro da Economia e do Emprego)

Na sequência da publicação da Lei n.º 2/2013 ([ver aqui](#)), que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, a Ordem dos Engenheiros (OE) ficou obrigada, nos termos dos n.os 3 e 4 do seu Art.º 53.º, a proceder a alterações ao seu Estatuto para a sua adequação aquela Lei, sendo que "a elaboração, aprovação e apresentação ao Governo dos referidos projetos compete, em exclusivo, ao órgão executivo colegial daquela", ou seja, ao Conselho Diretivo Nacional (CDN), que, deste modo, ficou legitimado e responsabilizado para o fazer.

O exíguo tempo disponível para o efeito (30 dias, após a publicação do diploma no passado dia 11 de janeiro) não permitiu uma auscultação mais generalizada aos membros da OE, nem sequer o cumprimento dos procedimentos estatutariamente previstos no Estatuto em vigor (Referendo).

O CDN aprovou uma Proposta de Alteração do Estatuto ([ver aqui](#)) que o Bastonário, dentro da exclusividade de representação da Ordem que, estatutariamente, lhe está cometida [art.º 22, n.º 2, alínea a) do atual Estatuto], remeteu ao Senhor Ministro da Economia e do Emprego.

Essa proposta foi elaborada, por deliberação do CDN, apoiada em recomendações das três Regiões, e resulta da redução substancial de uma proposta inicial, de forma a contemplar as propostas trazidas por aquelas ao Conselho Diretivo Nacional, órgão executivo colegial definido na Lei n.º 2/2013.

A proposta enviada ao Governo visa na sua essência, contemplar a adequação do Estatuto da Ordem dos Engenheiros à Lei n.º 2/2013, nos termos nela exigidos. Foi dado enfoque à legislação em vigor relativa ao Ensino Superior e a disposições dos regulamentos em vigor na OE devidamente aprovados pelos órgãos competentes, designadamente do Regulamento de Admissão e Qualificação ([ver aqui](#)).

Tratou-se de um participado processo no âmbito dos órgãos da Ordem que, em sede da análise e discussão promovida pelo CDN, e tendo em conta as sugestões apresentadas em reunião da Assembleia de Representantes de 15 de dezembro de 2012, convocada expressamente para a análise da proposta de alteração do Estatuto, conduziu, após diversas reuniões do CDN, ao texto final por este aprovado por larga maioria.

Assim, e com vista ao esclarecimento dos membros da OE sobre o conteúdo da proposta apresentada, resumidamente informa-se que, dos 92 artigos do atual Estatuto, apenas houve lugar a 35 alterações, em grande parte com muita reduzida expressão, da forma e pelas razões que se indicam:

1. **Artigo 1.º - n.º 1** – Alterado por forma e incorporar as disposições constantes do Regulamento de Admissão e Qualificação (RAQ) ([ver aqui](#));
2. **Artigo 1.º - A** – Artigo novo relativo à introdução da exigência à referência à Tutela do Governo que decorre da própria Lei 2/2013;
3. **Artigo 2.º** - Atualização dos fins e atribuições da Ordem dos Engenheiros, adequando-os à atualidade;
4. **Artigo 2.º - A** - Autonomia administrativa, patrimonial e financeira – Artigo novo decorrente de exigência da própria Lei 2/2013;
5. **Artigo 3.º** - Inscrição – Introdução de um n.º 2 a fim de definir as condições de admissão de membro nas diferentes categorias, as condições de atribuição de níveis e de graus de qualificação profissional;
6. **Artigo 4.º** - Título de engenheiro e exercício da profissão – Atualização do articulado tendo em vista a sua atualização e adequação às exigências da própria Lei 2/2013;
7. **Artigo 5.º** - Nacionais de outros Estados – Alteração decorrente da própria Lei;
8. **Artigo 7.º** - Membro efetivo – Adequação que decorre da nova Lei que proíbe os exames de acesso e só admite avaliações de estágio;
9. **Artigo 8.º** - Níveis de qualificação – Alterado por forma a incorporar as disposições constantes da legislação do Ensino Superior e do Regulamento de Admissão e Qualificação (RAQ) ([ver aqui](#));
10. **Artigo 9.º** - Local de inscrição – Alterado apenas para precisar que se trata do domicílio fiscal;
11. **Artigo 10.º** - Membro estagiário – adequação que decorre da exigência da nova Lei que proíbe os exames de acesso e só admite avaliações de estágio;
12. **Artigo 12.º** - Membros estudantes – Alterado por forma a incorporar a alteração do articulado do Art.º 1.º e as disposições constantes da legislação do Ensino Superior e do Regulamento de Admissão e Qualificação (RAQ) ([ver aqui](#));
13. **Artigo 17.º** - Estruturas regionais – Alteração indispensável para garantir a adequação à atual realidade territorial nacional;
14. **Artigo 22.º** - Bastonário e Vice-presidentes – precisa o papel do Bastonário e revoga o antigo n.º 5, cuja existência não era compreensível;
15. **Artigo 24.º** - Conselho Diretivo Nacional – alterado para que o CDN também passe a integrar os Presidentes dos Conselhos Diretivos das Secções Regionais dos Açores e da Madeira;
16. **Artigo 25.º** - Conselho Fiscal Nacional – Alteração do articulado tendo em vista adequá-lo às exigências da Lei 2/2013;
17. **Artigo 26.º** - Conselho Jurisdicional – Alteração do articulado tendo em vista adequá-lo às exigências da Lei 2/2013;
18. **Artigo 27.º** - Conselho de Admissão e Qualificação – Alteração do articulado tendo em vista adequá-lo às exigências da Lei 2/2013, nomeadamente as que decorrem da nova Lei da exigência de avaliações de estágio;
19. **Artigo 31.º** - Conselhos Diretivos das Regiões e das Secções Regionais – Ligeira alteração do articulado tendo em vista incorporar as Secções Regionais dos Açores e Madeira e as obrigações de prestação de contas decorrentes da Lei 2/2013;
20. **Artigo 36.º** - Definição e enumeração – atualização obrigatória da denominação atual e dos novos Colégios de Especialidade;
21. **Artigo 40.º** - Elegibilidade – ligeira atualização sobre impedimentos e condições de elegibilidade;
22. **Artigo 40.º - A** - Assembleia Eleitoral – Artigo novo relativo à introdução de exigência que decorre da própria Lei 2/2013;
23. **Artigo 40.º - B** - Incompatibilidades – Artigo novo relativo à introdução de exigência que decorre da própria Lei 2/2013;
24. **Artigo 41.º** - Mandatos e exercício de cargos – prevê a eventualidade da Assembleia de Representantes poder deliberar sobre a possibilidade de os cargos dos órgãos executivos, quando exercidos com caráter de regularidade e permanência, poderem ser remunerados, nos termos de regulamento a aprovar pela Ordem, conforme decorre da própria Lei 2/2013;
25. **Artigo 49.º** - Normas eleitorais – Adequação que precisa, nos termos da Lei 2/2013, a eleição dos membros do Conselho Jurisdicional e do Conselho Fiscal Nacional;
26. **Artigo 53.º - A** – Comissão Eleitoral. Introdução com vista a incorporar as disposições do Regulamento de Eleições e Referendos ([ver aqui](#));
27. **Artigo 57.º** - Recurso – Adequação que precisa, nos termos da Lei 2/2013, o recurso sobre atos eleitorais;
28. **Artigo 66.º** - Competência disciplinar – Adequação das competências dos Órgãos Disciplinares à Lei 2/2013;

Dec - 13, 10h2

29. **Artigos 67.º, 68.º e 69.º, 70.º, 71.º-A e 72.º** - Ajustamentos de carácter disciplinar com vista a precisar a redação estatutária e as exigências da Lei 2/2013;
30. **Artigo 73.º** - Receitas dos órgãos nacionais - Adequação para integrar a diversidade das atuais receitas e despesas da Ordem dos Engenheiros;
31. **Artigo 77.ºA** - Regulamento de Eleições e Referendos - Adequa o Estatuto à realidade Regulamentar vigente;
32. **Artigo 77.ºB** - Regulamento dos Estágios - Adequa o estatuto às exigências que decorrem da própria Lei 2/2013;
33. **Artigo 77.ºC** - Regulamento de remunerações - Comete à Assembleia de Representantes a competência para deliberar sobre a possibilidade de remuneração ou retribuição dos cargos dos órgãos executivos, prevista no Art.º 41.º;
34. **Artigo 83.º-A** - Direitos e deveres dos membros estagiários - estabelece os direitos e deveres específicos dos membros estagiários, até agora sem referência estatutária;
35. **Artigo 92.º** - Manutenção em funções - introduz uma disposição transitória em relação a órgãos eleitos, recordando-se que esta proposta de alteração teve de ser remetida ao Governo em pleno período eleitoral.

Lisboa, 21 de março de 2013

Carlos Matias Ramos

Bastonário da Ordem dos Engenheiros

 voltar